

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

RAPHAEL STEINBACH

**TERCEIRO SETOR E TRANSPARÊNCIA: A UTILIZAÇÃO DA INTERNET PELAS
OSCIPS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**FLORIANÓPOLIS
2008**

RAPHAEL STEINBACH

**TERCEIRO SETOR E TRANSPARÊNCIA: A UTILIZAÇÃO DA INTERNET PELAS
OSCIPS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Loreci João Borges
Co-Orientadora: Prof^a MSc, Kamille Simas Ebsen de Paiva.

**FLORIANÓPOLIS
2008**

RAPHAEL STEINBACH

**TERCEIRO SETOR E TRANSPARÊNCIA: A UTILIZAÇÃO DA INTERNET PELAS
OSCIPS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do Curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) de _____, atribuída pela banca examinadora integrada dos professores abaixo mencionados.

Florianópolis, 01 de Julho de 2008.

**Prof. Loreci João Borges, Dr.
Orientador**

**Profª Kamille Simas Ebsen de Paiva, MSc.
Co-Orientadora**

**Profª.
Elisete Dahmer Pfitscher, Drª**

Na vida aprendemos muitas coisas. Como ser livre, ser feliz, ser alguém. Aprender algo a mais é sempre importante. Aprender a viver é o mais importante!

Raphael Steinbach

Dedico este trabalho aos meus pais Zulmir e Gorete,
que me ensinaram a lutar pelas coisas que queremos,
sempre agradecendo a Deus pelas nossas conquistas.

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas a quem tenho que agradecer pelo desenvolvimento e conclusão deste trabalho. Primeiro a Deus, que me deu muito mais do que forças, colocou anjos em minha vida para que, enfim, eu tomasse um rumo certo em minha pesquisa.

Sempre acreditei em anjos, mas nunca havia me defrontado com nenhum deles. Deus me apresentou um Anjo com o nome de Kamille, que fez muito mais do que me co-orientar, tornou-se uma amiga confiante em meu trabalho e me deu o rumo e a ajuda de que eu precisava. Serei eternamente grato e sei que um dia ela será recompensada por tudo que está plantando de bom em sua vida e na vida de quem a conhece.

Agradeço a todos os amigos do curso de contábeis, em especial aos amigos Thaís, Ricardo, Ana Paula e Beatriz que me ajudaram de diversas formas para que eu pudesse finalizar esse trabalho. Agradeço também aos meus grandes amigos da RG Contadores, em especial a minha grande amiga Meire, que sempre confiou em mim e incentivou essa minha pesquisa.

Aos meus pequenos em tamanho, mas enormes de coração... PAIS. Amo vocês. Obrigado pela ajuda e paciência incansável que obtive de vocês. Pai, foi de você que obtive a sorte de me tornar hoje o homem que sou. Mãe, agradecer a você com simples palavras seria insuficiente. Obrigado pelas horas que você se dedicou a esse trabalho e à minha vida. Sei que é na família que encontramos todo o apoio e a amizade que precisamos. Não poderia esquecer de minhas duas irmãs, que além de me ajudarem, tiveram paciência em respeitar o silêncio dentro de casa.

Os agradecimentos se estendem a minha grande amiga Marli, que se empenhou em me ajudar na pesquisa e ao meu irmão de coração, João Carlos, que insistiu mais do que o suficiente para me ajudar.

Agradeço também ao meu orientador, Loreci João Borges, que foi paciente nessa busca incansável pelo término deste trabalho. À banca, composta também pela professora Elisete, pelas sugestões feitas ao meu trabalho. E aos demais professores que tenho como amigos dentro da UFSC.

À Universidade Federal de Santa Catarina, que além de Doutores e Mestres, possui anjos que se empenham na formação de seus acadêmicos. Obrigado.

RESUMO

STEINBACH, Raphael. **TERCEIRO SETOR E TRANSPARÊNCIA: A UTILIZAÇÃO DA INTERNET PELAS OSCIPS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**. 2008, 106 pg. Monografia do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

Este estudo teve como objetivo verificar quais as Organizações Cíveis de Interesse Público-OSCIPs dentro do Estado de Santa Catarina se utilizam da internet, através de seus *sites*, para publicar e tornar transparente as suas demonstrações contábeis. Através do sítio eletrônico do Ministério da Justiça, obteve-se uma lista de 213 organizações com a qualificação de OSCIP dentro do Estado de Santa Catarina e após uma filtragem e pesquisa minuciosa se obteve 9 (nove) organizações com publicação de alguma ou de todas as demonstrações contábeis elencadas na NBC T 3. Ao término deste trabalho, concluiu-se que poucas organizações do Terceiro Setor se utilizam da internet de forma voluntária, especificamente de *sites* próprios, para tornar públicas as demonstrações contábeis.

Palavras-chave: OSCIP. Terceiro Setor. Transparência e Demonstrações Contábeis.

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 – Resumo das principais características das organizações sem fins lucrativos.....	23
Quadro 2.2 – Diferenciação quanto às características das Associações e Fundações.12.....	28
Quadro 2.3 – Comparativo do acesso à qualificação de OSCIP.....	30
Quadro 2.4 – Comparativo dos princípios da administração pública e os princípios das OSCIPs.....	31
Quadro 2.5 – Diferenças quanto às nomenclaturas para as organizações sem fins lucrativos.....	35
Quadro 2.6 – Comparativo Demonstrações Financeiras.....	38
Quadro 3.1 – Distribuição das OSCIPs por cidade dentro de Estado de Santa Catarina.....	42
Quadro 3.2 – Distribuição das OSCIPs por Finalidade dentro de Estado de Santa Catarina.....	42
Quadro 3.3 – Comparativo do Método de Seleção empregado na busca pelos <i>sites</i> das organizações como OSCIP em SC.....	44
Quadro 3.4 – Resultado das formas de obtenção dos <i>sites</i> das OSCIPs em SC.....	46
Quadro 3.5 – Demonstrativos Contábeis publicados pelas OSCIPs de SC.....	48
Quadro 3.6 – Investigação dos itens demonstrativos publicados pelas OSCIPs de SC.....	49
Quadro 3.7 – Investigação dos itens demonstrativos publicados pelas OSCIPs de SC.....	50
Quadro 3.8 – Investigação das datas dos demonstrativos publicados pelas OSCIPs de SC.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS

BP -	Balanço Patrimonial
OSCIP -	Organização Civil de Interesse Público
CC -	Código Civil
CFC -	Conselho Federal de Contabilidade
CNEs/MJ -	Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública
CNPJ -	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CF -	Constituição Federal
DSDE -	Demonstração do <i>Superávit</i> ou <i>Déficit</i> do Exercício
DMPLS -	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social
DOAR -	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DFC -	Demonstração do Fluxo de Caixa.
DEJUS/SNJ -	Departamento de Justiça, Qualificação, Títulos e Qualificação da Secretaria Nacional de Justiça -
DC -	Demonstrações Contábeis
NBC -	Norma Brasileira de Contabilidade
OE -	Organização Estrangeira
OS -	Organizações Sociais
SC -	Santa Catarina
UPF -	Entidades de Utilidade Pública Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Tema e Problema.....	12
1.2 Objetivos.....	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos Específicos.....	14
1.3 Justificativa.....	14
1.4 Metodologia.....	15
1.5 Limitações da Pesquisa.....	17
1.6 Estrutura e Descrição dos Capítulos.....	17
 2 REVISÃO TEÓRICA.....	 19
2.1.1 Breve Histórico do Terceiro Setor no Brasil.....	19
2.1.2 Conceito do Terceiro Setor.....	21
2.1.3 Características do Terceiro Setor.....	23
2.1.4 Atividades desempenhadas no Terceiro Setor.....	24
2.2 Aspectos Legais.....	25
2.2.1 Constituição Federal (CF).....	25
2.2.2 Código Civil Brasileiro.....	27
2.2.3 Lei n.º 9.637 de 1998 – Organizações Sociais (OS).....	29
2.2.4 Lei n.º 9.790 de 1999 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).....	30
2.2.5 Normas Brasileiras de Contabilidade	34
2.3 A transparência contábil no Primeiro, Segundo e Terceiro Setor.....	36
2.3.1 Primeiro Setor.....	36
2.3.2 Segundo Setor.....	38
2.3.3 Terceiro Setor.....	40
 3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	 42
3.1 Tipos de Demonstrações Contábeis publicadas.....	48
3.2 Itens das Demonstrações Contábeis publicadas.....	49
3.3 Data das Demonstrações Contábeis publicadas.....	51

4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS.....	53
4.1 Quanto à problemática.....	53
4.2 Quanto aos objetivos.....	53
4.3 Quanto a sugestões para futuros trabalhos.....	54
 5 REFERÊNCIAS.....	 55
 6 ANEXOS.....	 60

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, pode-se dizer que a sociedade está dividida em três setores: primeiro, segundo e Terceiro Setor.

O primeiro é representado pelo Estado e é responsável pela função administrativa dos bens públicos e também pelas questões sociais, seja no âmbito municipal, estadual ou federal.

O segundo setor é representado pelas organizações privadas com finalidade lucrativa e busca a satisfação de interesses individuais.

O Terceiro Setor é formado pelas entidades não governamentais sem finalidade lucrativa e tem como objetivo gerar serviços de social. O Terceiro Setor vem aumentando sua participação na sociedade de forma considerável, principalmente por suprir uma necessidade social muitas vezes não oferecida pelo Estado. Para qualificar juridicamente tais entidades, uma série de legislações foi criada e hoje tem-se organizações como as Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, Entidades de Utilidade Pública Federal – UPF, Organização Estrangeira – OE, Organizações Sociais – OS, entre outras.

Essas legislações buscam não só a qualificação das entidades, mas concedem também a elas benefícios, como isenção de impostos e utilização de recursos públicos. Contudo, uma série de exigências documentais é feita como contrapartida, o que requer das entidades do Terceiro Setor, que almejam ter benefícios, uma organização interna bem estruturada.

Apesar da série de exigências documentais não há como provar a idoneidade de tais entidades. Prova disso são os escândalos envolvendo entidades ditas não governamentais e sem fins lucrativos utilizadas para lavagem de dinheiro ou mesmo desvio de recursos públicos. Em razão disso, o Terceiro Setor necessita cada vez mais de instrumentos que o torne mais confiável perante a sociedade.

1.1 Tema e Problema

A contabilidade, como ciência cuja função reside no registro de toda movimentação patrimonial das entidades, entendida como o registro de seus bens, direitos e obrigações, torna-se um importante meio de demonstrar transparência.

O instrumento contábil, além de auxiliar na transparência dos atos das organizações do Terceiro Setor, pode ainda ser uma importante ferramenta para estimular a entrada de mais recursos e a sustentabilidade de tais organizações ao longo do tempo, com a evidenciação e clareza de seus recursos para o público externo, pois um dos grandes problemas enfrentados pelas organizações do Terceiro Setor é a falta de confiabilidade perante a sociedade, devido ao envolvimento de algumas dessas organizações em escândalos de fraudes noticiados em diversos meios de comunicação.

Desse modo, a expressão *accountability* (dar transparência às ações), começa aos poucos a ser conhecida no Terceiro Setor brasileiro e seu uso vai além da contabilidade: passa pela divulgação de resultados e pela análise de aspectos sociais de uma organização.

Para auxiliar na *accountability*, a Internet surge como a ferramenta ideal a fim de deixar transparecer a utilização dos recursos das organizações do Terceiro Setor, pois é o meio mais fácil e rápido de fornecer e obter informações.

Não se pode deixar de frisar que nem sempre uma organização do Terceiro Setor tem disponibilidade financeira para alcançar tal meio de comunicação, pois manter um endereço eletrônico pode ser oneroso para elas e, dependendo do porte e da complexidade da organização, poderia de certa forma inviabilizar o objetivo para a qual ela foi formada.

No sentido de dar maior transparência e credibilidade às organizações do Terceiro Setor, o próprio poder público, através da Portaria nº 24 de 11 de outubro de 2007, utilizará a Internet para divulgar os demonstrativos contábeis das organizações cadastradas no Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública – CNEs, que abrange também as OSCIPs.

Enquanto não são disponibilizadas as informações contábeis pelo Ministério da Justiça, responsável pelo CNEs, a utilização da Internet pelas organizações do Terceiro Setor como meio de transparência é feita de forma voluntária.

Diante do exposto, o tema desta pesquisa é a utilização da Internet como meio de dar transparência à gestão dos recursos das organizações, através da publicação de seus demonstrativos contábeis, das OSCIPs de Santa Catarina.

Neste sentido a problemática fica resumida na seguinte questão-problema: As organizações do Terceiro Setor de Santa Catarina, caracterizadas como OSCIP, utilizam a internet para divulgar voluntariamente seus demonstrativos contábeis?

1.2 Objetivos

A seguir os objetivos necessários para que este trabalho alcance os resultados desejados.

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar se as organizações qualificadas como OSCIP, dentro do Estado de Santa Catarina, utilizam a internet como meio de divulgar seus demonstrativos contábeis de forma voluntária, atendendo os requisitos do CFC aplicáveis às organizações sem fins lucrativos para a elaboração desses demonstrativos.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral, pretende-se alcançar os seguintes objetivos específicos:

- a) Apresentar um breve histórico, evolução, conceituação e caracterização das organizações do Terceiro Setor no Brasil;
- b) Descrever os aspectos contábeis e legais específicos das organizações do Terceiro Setor;
- c) Apresentar a transparência contábil no Primeiro, Segundo e Terceiro Setor no Brasil.

1.3 Justificativa

A publicação de demonstrativos contábeis pelas organizações do Terceiro Setor, exceto as OSCIPs que celebram o Termo de Parceria, ainda é assunto incipiente. Quando da celebração do Termo de Parceria, as organizações devem publicar em jornais de circulação, em seu mesmo âmbito de atuação, seus demonstrativos contábeis, para evidenciar a aplicação dos recursos públicos recebidos na celebração do Termo.

Para as organizações do Terceiro Setor, que na maioria das vezes necessitam de doações para a sua sobrevivência, evidenciar a gestão de tais

recursos é prestar contas de sua existência à sociedade. Ao fornecerem aos seus usuários externos as formas de sua existência, as organizações ganham maior credibilidade diante de outras que não se utilizam desses mecanismos.

Uma das formas mais rápidas e de grande alcance para a evidenciação da transparência na gestão de recursos é a Internet que, contudo, é um meio pouco utilizado por essas organizações.

Até o surgimento da Portaria nº 24, de 11 de outubro de 2007, emitida pela Secretaria Nacional de Justiça para a criação do CNEs/MJ, os demonstrativos contábeis das OSCIPs só seriam publicados em jornais de circulação do âmbito de atuação das organizações, no caso de celebração do Termo de Parceria. Nesse caso, a sociedade poderia acompanhar a forma de utilização dos recursos públicos por essa qualificação de organização.

Com o CNEs/MJ a publicação dos demonstrativos será obrigatória, independentemente da celebração ou não do Termo de Parceria. Os demonstrativos estarão disponíveis no próprio site do Ministério da Justiça que é responsável pela concessão de algumas qualificações e fiscalização dessas organizações.

Como as OSCIPs terão até 30 de junho de 2008 para a entrega da prestação de contas, não se sabe quando tais informações estarão disponíveis para acesso à sociedade. Enquanto isso, a publicação dos demonstrativos contábeis que evidenciam a gestão dos recursos das organizações do Terceiro Setor só está disponível na Internet quando feitos de forma voluntária pelas organizações.

Muitas organizações do Terceiro Setor possuem site, mas nem todas o utilizam como meio de dar transparência à sua gestão. Mostrar como as organizações do Terceiro Setor evidenciam de forma voluntária seus demonstrativos contábeis através da Internet possibilita verificar de onde vêm os recursos que as mantêm e de que forma são aplicados, dando a elas maior credibilidade. Além disto, demonstra a preocupação dessas organizações em tornar pública a gestão de seus recursos.

1.4 Metodologia do Estudo

O objetivo de uma pesquisa é responder a uma questão, utilizando, para tanto, procedimentos científicos de investigação. Para Gil (1999, p.42), a pesquisa tem um caráter pragmático: é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico.

Essa pesquisa é caracterizada, quanto aos objetos, em exploratório-descritiva. Exploratória porque tem como finalidade reunir informações gerais sobre o tema estudado, sem a intenção de resolver os problemas com o propósito de esclarecer a realidade da temática, visto que são poucos os trabalhos que focam exatamente nesse assunto. Descritiva porque apresenta uma descrição da realidade do objeto em estudo, sem fazer interferências nessa realidade.

Quanto à abordagem do problema, ela é classificada como qualitativa: o resultado da pesquisa não será pautado no quantitativo, pois não são feitas inferências e relações a partir de instrumentos estatísticos.

Pode-se classificá-la também, quanto aos meios, em uma pesquisa bibliográfica e de campo, observando que toda a revisão do tema proposto foi realizada com materiais já elaborados. Segundo Rodrigues (2007, p.43) “a pesquisa bibliográfica é a pesquisa limitada à busca de informações em livros e outros meios de publicação. “

Como pesquisa de campo, Rodrigues (2007, p.42) diz que “é aquela que busca fontes primárias, no mundo dos acontecimentos não provocados nem controlados pelo pesquisador, que se caracteriza por desenrolar-se em um ambiente natural”. Nesse sentido, a pesquisa de campo se caracterizou pela busca das informações contábeis através do *site* das organizações pesquisadas.

Entre o universo de qualificação de organizações do Terceiro Setor, o número de organizações existentes no país e no estado de Santa Catarina e as questões implícitas em se pesquisar todas essas organizações, optou-se por trabalhar com aquelas qualificadas como OSCIPs que atuam no estado de Santa Catarina.

A relação de organizações foi obtida em maio de 2007, através do cadastro das mesmas no *site* do Ministério da Justiça.

Para a obtenção das informações e dados analisados, foram efetuadas pesquisas, primeiramente, através do CNEs/MJ. Não se obtendo o *site* da organização pelo CNEs/MJ, buscou-se fazer várias pesquisas nos *sites* de busca da internet, a fim de localizar aquelas que possuísem páginas eletrônicas. Não conseguindo as informações através desses *sites*, utilizou-se a pesquisa via telefone para todas as organizações com o intuito de obter-se, caso tivessem, seus endereços eletrônicos.

Todo o detalhamento da pesquisa realizada nesse trabalho se encontra no terceiro capítulo, que aborda a análise dos resultados da pesquisa.

1.5 Limitações da Pesquisa

Como limitações da pesquisa, se tem o fato do estudo ter sido realizado apenas em organizações do Terceiro Setor qualificadas como OSCIPs dentro do Estado de Santa Catarina, não podendo as conclusões serem generalizadas às demais organizações com a mesma classificação fora do âmbito pesquisado ou outras qualificações concedidas pelo Ministério da Justiça a essas organizações.

Tem-se ainda como limitação dessa pesquisa, o fato de que algumas OSCIPs pesquisadas, podem vir a não possuir *site*, e também o fato das informações cadastrais, inclusive para contato telefônico com as organizações, estarem pautadas nas informações fornecidas pelo *site* do Ministério da Justiça.

Pode-se limitar essa pesquisa, também, quanto à opinião e conhecimento do pesquisador sobre o assunto.

1.6 Estrutura e Descrição do Estudo

Este trabalho está dividido em quatro estruturas:

1. Contextualização: A primeira parte do trabalho traz a Introdução dessa pesquisa, seguida pelo Tema e Problema, pelos Objetivos Gerais e Específicos originários dessa pesquisa. Ainda dentro dessa estrutura temos a Metodologia desse estudo, as limitações dessa pesquisa e a estrutura e descrição dos capítulos hora citada;
2. Revisão Teórica: Essa segunda parte do trabalho é baseada em materiais já elaborados. Traz um breve histórico do Terceiro Setor no Brasil, assim como seu conceito, suas características, e as atividades desempenhadas nesse setor. Têm-se também nessa estrutura, as principais fundamentações e bases legais do Terceiro Setor no Brasil. Finalizando essa estrutura temos a transparência contábil no Primeiro, Segundo e Terceiro Setor no Brasil;
3. Análise dos Resultados da Pesquisa: nessa terceira estrutura, observa-se todo o detalhamento da pesquisa que originou o presente estudo;
4. Considerações Finais: nessa quarta e última parte do trabalho, pode-se verificar as conclusões obtidas com essa pesquisa, as sugestões para

futuros trabalhos, assim como todo o referencial utilizado para a elaboração desse trabalho. Por fim, têm-se os anexos com o nome das 213 organizações pesquisadas, e os anexos dos relatórios contábeis das organizações que possuíam algum tipo de relatório contábil.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1.1 Breve Histórico do Terceiro Setor no Brasil

O Terceiro Setor teve seu surgimento respaldado principalmente pela ineficiente participação do Estado em controlar as necessidades sociais, conforme se pode observar com a citação a seguir.

De acordo com PAES (2003, p. 94):

O Terceiro Setor tem um caráter estratégico de maior importância no âmbito de qualquer sociedade que se preocupe com o desenvolvimento social e a consolidação de valores democráticos, pluralistas, comprometidos com a solidariedade humana e o sentido de comunidade. No Brasil, apesar da forte presença do Estado, a ineficiência deste abre espaços para muitas outras iniciativas.

O Estado e até mesmo a igreja, que não era separada do Estado e fazia com que existisse certa duplicidade entre o primeiro e o Terceiro Setor, foram os grandes responsáveis pelo surgimento do Terceiro Setor. As elites ocupavam o espaço público, ficando o resto da sociedade inerte em relação aos acontecimentos. A igreja católica, no entanto, foi formando com a ajuda do voluntariado, as primeiras organizações que prestavam algum tipo de assistência às comunidades carentes. Como exemplos, podem-se citar as Santas Casas datadas do século XVI, que prestavam auxílio às comunidades carentes que necessitavam de saúde (PAIVA, 2007, p.18-19).

Mudanças econômicas, políticas e sociais ocorreram com a Segunda Guerra Mundial, gerando o aumento da violência, pobreza, doenças e conflitos religiosos, étnicos, políticos e sociais. Com essas mudanças, as organizações da sociedade civil atuaram fortemente com ações para o desenvolvimento comunitário e atividades de assistência e serviços nos campos de consumo, educação, saúde, entre outros (PEREIRA 2006, p.16).

Do século XX em diante, outras religiões (Luterana, Metodista, Batista) também passaram a praticar a caridade já exercida pelos católicos, trazendo assim maior força a essa atividade liderada pela Igreja Católica e o Estado. Foi nessa época que surgiram as Comunidades Eclesiais de Base, a Pastoral Popular, a Comissão

Pastoral da Terra e outras organizações associadas às Igrejas, com o intuito de exercer as funções limitadas àqueles atuantes mais tradicionais (PAES, 2003, p.95).

Com o início da crescente urbanização e o início da industrialização nas décadas de 20 e 30, houve um grande aumento das crises na economia, na política, no social e na moral brasileira, ocasionados principalmente pelo crescimento das cidades e pelo aumento da massa de operários (PAES, 2003, p.97).

O período do Estado Novo se caracterizou por uma continuidade desse processo de criação de organizações de finalidade pública. Cabe destacar, nessa época, a aprovação da nova Constituição Federal (1988) no âmbito de um amplo processo de mobilização social, que, entre outros, introduziu novos direitos socioeconômicos (especialmente na área trabalhista), a expansão dos direitos de cidadania política e o estabelecimento dos princípios da descentralização na promoção das políticas sociais. Esses fatos criaram novas demandas e espaços de atuação institucional para as ONGs (COSTA E VISCONTI, 2001).

Paralelamente a esses movimentos, observou-se uma redução significativa da ajuda externa, que havia predominado nas décadas de 60 e 70, quando a ênfase da atuação de agências internacionais de cooperação e desenvolvimento não governamentais foi bastante significativa (COSTA E VISCONTI, 2001).

Em meados dos anos 90, deu-se a entrada organizada do setor empresarial em programas e projetos sociais, especialmente através de suas fundações e institutos associados, representando novas possibilidades de parcerias e de fontes de recursos para as instituições atuantes na área (COSTA E VISCONTI, 2001).

Em função do crescimento do Terceiro Setor na década de 90, houve a premente necessidade de leis adequadas, tamanha a sua importância e expansão na sociedade. Segundo Paes (2003, p. 96):

É importante registrar que houve, no âmbito do Governo Federal, a partir do segundo semestre do ano de 1997, reuniões com representantes de organizações do Terceiro Setor, com uma rodada de interlocuções governo/sociedade iniciada pelo Conselho da Comunidade Solidária, sobre o “marco legal do Terceiro setor”, na qual foram identificadas as principais dificuldades legais e as sugestões de como mudar e inovar a atual legislação relativa às organizações da sociedade civil. Sendo enviado ao Congresso Nacional, em 28.7.98, projeto de lei que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, e

que institui o termo de parceria, que foi, após célere tramitação no Congresso Nacional, sancionado no último dia 23 de março como Lei nº 9.790/99.

O Terceiro Setor, atuante como reflexo do direito da capacidade de ação, solidariedade e generosidade da própria sociedade civil brasileira, deve ser consolidado cada vez mais. Para que isso ocorra é indispensável que seu marco legal seja reformulado juridicamente, uma vez que, na medida em que ele seja saneado institucionalmente, sua importância ética, política e social será resgatada aos olhos da própria comunidade em que se insere (OLAK E NASCIMENTO 2008, p.58).

Segundo Carvalho (1995, p.10):

A história escrita, desde Plutarco, tem sido uma coleção de narrativas de heróis. Com essas narrativas aprendemos que, se não fosse pela capacidade de homens extraordinários, que lideram os menos dotados, a humanidade estaria condenada. Entretanto, além da perspectiva da história escrita, as massas continuaram a se organizar em formas cooperativas – desde os hebreus, gregos, romanos, e mesmo antes deles. É como se houvesse duas histórias: a história escrita, das façanhas de poucos, e a história não escrita, da vida cooperativa de muitos. Consequentemente, dois princípios opostos têm sido utilizados para explicar as mudanças históricas. Eles são: o individualismo e a sociabilidade.

Analisando a explanação de Carvalho, pode-se concluir que muito da história criada até então é resultado de forças muitas vezes esquecidas. A sociabilidade citada por Carvalho foi e ainda é a grande responsável pela criação e desenvolvimento das organizações do Terceiro Setor. Sem o crescente envolvimento do voluntariado nessas organizações, o espaço ocupado por elas hoje no Brasil provavelmente não seria o mesmo.

2.1.2 Conceito do Terceiro Setor

Definir Terceiro Setor de forma clara e objetiva não é tarefa fácil. Para Cardoso (1997, p.7), *o próprio conceito de Terceiro Setor, seu perfil e seus contornos não estão claros nem sequer por muitos autores que o estão compondo.*

Dentro do conceito do Terceiro Setor, não se pode esquecer que há juntamente o conceito de sem fins lucrativos, que significa muito mais do que não ter lucro. Além disso, o conceito de lucro é bastante abrangente.

Segundo Fernandes (1994, p.65), *No Brasil, a expressão vigente, até mesmo por força dos diversos dispositivos contemplados na legislação pertinente, sempre foi entidades sem fins lucrativos.*

Observa-se que com o passar dos anos, novos autores conceituam na mesma linha, só que com a utilização de nomes diferentes. Para Olak e Nascimento (2008, p. 3), *A expressão Terceiro Setor é a que vem encontrando maior aceitação, dentre tantas outras usadas, para designar o conjunto de iniciativas provenientes da sociedade, voltadas à produção de bens públicos.*

O uso de tantas terminologias no Brasil para as organizações do Terceiro Setor causa certa confusão para os menos entendidos no assunto. Organizações não governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil, organizações sociais, entidades beneficentes e organizações filantrópicas são exemplos dos termos mais utilizados. Cada uma delas tem suas características próprias, mas à vista do público menos informado fica difícil diferenciar uma das outras (OLAK e NASCIMENTO, 2008, p.2).

Para Olak e Nascimento (2008, p. 3), *A expressão Terceiro Setor é a que vem encontrando maior aceitação, dentre tantas outras usadas, para designar o conjunto de iniciativas provenientes da sociedade, voltadas à produção de bens públicos.*

O conceito de Terceiro Setor tem sido identificado com o conceito de sociedade civil. Todavia, nessa área os autores não precisam com facilidade o conceito de Terceiro Setor. Pode-se, assim, conceituar o Terceiro Setor como o conjunto de organismos, organizações ou instituições dotados de autonomia e administração próprias que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente junto à sociedade civil, visando seu aperfeiçoamento (PAES 2003, p.88).

No Brasil, a ineficiência do Estado, apesar de haver a sua participação, abre espaços para muitas outras iniciativas. É interessante salientar que o denominado Terceiro Setor é composto de pessoas jurídicas de direito privado, entes coletivos configurados de acordo com o Código Civil Brasileiro em sociedades civis sem fins lucrativos, associações civis e fundações de direito privado.

2.1.3 Características do Terceiro Setor

Segundo Paiva (2007, p. 29) *O Terceiro Setor abriga uma série de entidades com objetivos diversos, sendo segregadas sob uma mesma denominação por possuírem algumas características em comum.*

O CFC (2004, p.31) define algumas dessas características:

- a) Promoção de ações voltadas ao bem estar comum da sociedade;
- b) Manutenção de finalidade não lucrativa;
- c) Adoção de personalidade jurídica adequada aos fins sociais (associação ou fundação);
- d) Atividades financiadas por subvenções do Primeiro Setor (governamental) e doações do Segundo Setor (empresarial, de fins econômicos) e de particulares;
- e) Aplicação de recursos das atividades econômicas que por ventura exerça nos fins sociais a que se destina;
- f) Desde que cumpra requisitos específicos, é fomentado por renúncia fiscal do Estado.

Para Olak e Nascimento (2008, p. 06), de acordo com o Quadro 2.1, as características fundamentais e específicas das entidades sem fins lucrativos são:

Quadro 2.1: Resumo das principais características das organizações sem fins lucrativos

1	Objetivos Institucionais	Provocar mudanças sociais.
2	Principais Fontes de Recursos Financeiros e Materiais	Doações, contribuições, subvenções e prestação de serviços comunitários.
3	Lucro	Meio para atingir os objetivos institucionais e não um fim.
4	Patrimônio/Resultados	Não há participação/distribuição aos provedores.
5	Aspectos Fiscais e Tributários	Normalmente são imunes ou isentas.
6	Mensuração do Resultado Social	Difícil de mensur monetária e economicamente.

Fonte: adaptado de Olak e Nascimento (2008, p. 7)

Quanto às características citadas no Quadro 2.1, entende-se que as organizações do Terceiro Setor têm como principal objetivo a finalidade não-lucrativa, elas precisam sim de resultados positivos, para que possam continuar atendendo aos seus objetivos. Por isso, o lucro deve ser visado por essas organizações somente como forma de atender às ações voltadas às suas finalidade constitutivas.

Para Petri (1981, p. 58):

Entidades sem fins lucrativos não são aquelas que não têm rentabilidade. Elas podem gerar recursos através de: atividade de compra e venda; de industrialização e venda dos produtos elaborados; e de prestação de serviços, obtendo preço ou retribuição superior aos recursos sacrificados para sua obtenção, sem por isso perderem a característica de sem fins lucrativos. O que lhes dá essa característica é o fato de não remunerarem seus proprietários (acionistas, sócios ou associados) pelos recursos por eles investidos em caráter permanente (capital social, fundo social ou patrimônio), com base nos recursos próprios por elas gerados (ganhos ou lucros), e a eles não reverterem o patrimônio (incluindo os resultados) dessa mesma maneira, no caso de descontinuidade.

Dentro das várias características citadas, pode-se analisar que o Terceiro Setor tem como características principais: ser de direito privado, não ter finalidade lucrativa e ter seu eventual resultado aplicado integralmente nas atividades da organização.

2.1.4 Atividades desempenhadas no Terceiro Setor

São diversas as atividades desempenhadas pelas organizações do Terceiro Setor. Segundo Souza (2008),

Quanto às atividades desempenhadas (sentido objetivo), Terceiro Setor são aqueles serviços de relevância pública, ou seja, aquelas atividades consideradas essenciais e prioritárias à comunidade, não titularizadas pelo Estado, que transcendem a dimensão individual, e repercutem necessariamente sobre a coletividade, obrigando o Poder Público a controlá-las, fiscalizá-las e incentivá-las de modo particularmente intenso.

As organizações sem fins lucrativos podem ser classificadas sob várias abordagens: sob a ótica jurídica, em função das atividades que desempenham (definições funcionais), quanto à extensão dos benefícios sociais, quanto à origem dos recursos financeiros e econômicos que recebem, etc. (OLAK E NASCIMENTO, 2008, p.9).

Para Olak e Nascimento (2008, p.9), pode-se classificar as organizações do Terceiro Setor quanto às atividades que desempenham em:

a) entidades de caráter beneficente, filantrópico e caritativo; b) entidades de assistência à saúde; c) entidades religiosas; d) entidades de caráter educacional, cultural, instrutivo, científico, artístico e literário; e) entidades de caráter recreativo e esportivo; f) associações de classe; g) entidades sindicais; h) sociedades cooperativas.

O campo de atuação do Terceiro Setor no Brasil é bastante grande, principalmente por haver milhares de pessoas vivendo em condições miseráveis, atendidas, não apenas pelo Poder Público, mas, principalmente, pelas organizações que compõem o Terceiro Setor. O voluntariado brasileiro é grande, dedicado e composto por um número muito grande de pessoas ocupadas, advindas de todas as classes sociais e de todos os outros setores. Essas pessoas atuam em Organizações sem fins lucrativos, voltadas para demandas de base popular, complementando e, às vezes, suplantando as ações do Estado no atendimento desse setor ao público, que na maioria das vezes abrange principalmente os excluídos da sociedade em decorrência da miséria absoluta em que vivem, sem espaço específico para reivindicações. (MORGADO e GOMES).

2.2 Aspectos Legais

As organizações do Terceiro Setor são regidas por leis específicas assim como o primeiro e o segundo setor já exemplificados anteriormente. As principais fundamentações e bases legais do Terceiro Setor serão exemplificadas a seguir, onde serão estudadas as principais legislações que regem esse tipo de segmento, objetivando especialmente àquelas que afetam direta ou indiretamente a Contabilidade.

2.2.1 Constituição Federal (CF)

A Constituição Federal de 1988 é a lei fundamental e suprema do Brasil, que serve de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo da pirâmide normativa.

Em seu art.150, a Constituição Federal de 1988 diz que,

Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir

impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; b) templos de qualquer culto; c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

Observa-se que a Constituição Federal de 1988 deixa claro, no artigo 150 citado anteriormente, as vedações relativas à cobrança de impostos relativos às organizações pertencentes ao Terceiro Setor.

Os parágrafos citados anteriormente são compreendidos pelas restrições abrangidas pelo art. 150 da CF, ainda que, segundo a CF, seja possível citar os parágrafos referentes ao art.150:

§ 2º A vedação do inciso VI, a, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes; **§ 4º** As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas; **§ 6º** Qualquer subsídio ou isenção, redução de base cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas, ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, **§ 2º**, XII, g (redação dada pela EC nº 3/93).

Para que fique mais claro às vedações quanto à cobrança de impostos sobre as organizações do Terceiro Setor, determinadas pela CF, deve-se analisar a citação de PAES (2003, p.431-432),

Trata-se das imunidades e isenções. Aquelas, decorrentes do texto constitucional, que veda a instituição de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de ensino e assistência social, sem fins lucrativos, desde que atendidas certas condições que a lei considera indispensáveis para o seu reconhecimento. As isenções, por sua vez, decorrem da lei e podem atingir quaisquer modalidades de tributos, seja na esfera federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal(...) O preceito constitucional da imunidade protege determinadas entidades e instituições do alcance do poder de tributar que detém o Estado. E o faz para resguardar da incidência dos impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços de instituições que nos campos social e cívico, complementam ou até substituem a ação do próprio Estado.

A imunidade tem caráter permanente, só pode ser mudada por alteração na Constituição Federal, vedando à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a instituição de impostos sobre as organizações elencadas na CF. Dessa forma, ela é mais um instituto de direito constitucional do que de direito tributário. Na imunidade, não há sobre o que ser tributado, pois não existe a geração da base de cálculo de determinado imposto, pois o fato gerador não ocorre. A isenção é a inexigibilidade temporária do tributo, prevista em lei, mesmo com a ocorrência do fato gerador e, em tese, da obrigação tributária (OLAK e NASCIMENTO 2008, p.38-39).

As organizações do Terceiro Setor que não se enquadram na imunidade constitucional devem recorrer às isenções, reguladas por lei ordinária e que variam de acordo com a natureza da atividade e do local em que a organização está sediada. A isenção é temporária, decorre de uma lei ordinária e o fato gerador ocorre, mas seu crédito é inexigível. Na isenção, acontece a geração da base de cálculo do imposto, porém, por incentivo, o fisco não cobra, ou seja, ele renuncia a cobrança (PAGANATTO).

2.2.2 Código Civil Brasileiro

O novo Código Civil de 10 de janeiro do ano de 2002 trouxe importantes inovações no tocante às organizações do Terceiro Setor.

Entre as inovações, pode-se destacar a extinção da sociedade civil sem fins lucrativos (as sociedades civis), que deixam de existir juridicamente. Assim o novo Código Civil passa a disciplinar apenas dois tipos de organização com fins não econômicos: a associação e a fundação, elencando, para cada uma, exigências estatutárias distintas no tocante a sua constituição, seu funcionamento e sua extinção (ALVES, 2003, p.49).

O Código Civil Brasileiro diz em seu art. 44 que *São pessoas jurídicas de direito privado: I – as associações; II – as sociedades; III – as fundações.*

Com o novo código civil, surgiram algumas dúvidas referentes à comercialização de produtos dentro das organizações do Terceiro Setor em virtude do conceito dado pelo art. 53 do Novo Código Civil que diz que *constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.*

A proibição não existe dentro do Código Civil, ele apenas passou a utilizar a expressão fins não econômicos ao invés de sem fins lucrativos. A troca da expressão não proíbe a comercialização de produtos, que muitas vezes são a atividade-meio de tais organizações, desde que a atividade conste em seu estatuto e seja aplicada em seus objetivos sociais.

De acordo com Alves (2003, p.64),

segundo as disposições da lei civil, a associação diferencia-se da fundação, dentre outros aspectos tais como o modo de administração e a forma de extinção, por constituir-se em uma reunião de pessoas, com o intuito não lucrativo, independentemente de prévia dotação patrimonial. Para sua criação é necessário que as pessoas interessadas em se associar realizem, na forma da lei, uma assembléia geral, na qual deve ser aprovado o estatuto, bem como feita a eleição de seus dirigentes. Após lavrada a ata da assembléia de constituição e feito o registro do estatuto no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, a associação adquire personalidade jurídica de direito privado. O escopo associativo, ao contrário da fundação, não tem caráter permanente, podendo ser alterado por iniciativa dos associados, conforme as normas estatutárias e legais.

A diferenciação das características entre as Associações e Fundações se torna importante nesse momento. O Quadro 2.2 apresenta tais diferenças:

Quadro 2.2: Diferenciação quanto às características das Associações e Fundações

Associações	Fundações
Fins próprios (dos associados)	Fins alheios (do instituidor)
Fins alteráveis	Fins imutáveis
Patrimônio: Formado pelos associados É visto apenas como instrumento	Patrimônio: Fornecido pelo instituidor Essencial
Deliberações livres	Deliberações delimitadas pelo instituidor e fiscalizadas pelo Ministério Público
Órgãos dominantes	Órgãos, os servientes
Atividades exercidas: Diversas	Atividades exercidas: Restritas

Fonte: adaptado de (Paes, 2003, p. 46-47)

Segundo o Novo Código Civil, o estatuto da associação deverá seguir as exigências legais previstas em seu artigo 54 que diz:

Sob pena de nulidade, o estatuto das associações conterá: I – a denominação, os fins e a sede da associação; II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados; III – os direitos e deveres

dos associados; IV – as fontes de recursos para sua manutenção; V – o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos; VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução.

Portanto, as entidades constituídas antes da vigência do novo código deveriam adaptar seus estatutos até 11 de janeiro de 2003. Aquelas que não o fizeram são consideradas, para efeitos legais, irregulares (ALVES, 2003, p.68).

2.2.3 Lei n.º 9.637 de 1998 – Organizações Sociais (OS)

As organizações sociais são um modelo ou uma qualificação de organização pública não estatal, com o objetivo de serem uma parceria entre o Estado e a sociedade. Estão inseridas no âmbito das demais pessoas jurídicas existentes sob a forma de fundações, associações civis e sociedades civis, todas essas sem finalidade econômica. Além disso, estão inseridas fora da Administração Pública por serem pessoas jurídicas de direito privado (PAES, 2003, p.101).

A Medida Provisória n.º 1.591, de 9 de outubro de 1997, foi convertida nessa lei, estabelecendo, assim, normas para que o Poder Executivo possa qualificar como organizações sociais as pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade econômica.

De acordo com Paes (2003, p.101),

A lei n.º 9.637/98, logo no seu art. 1º, restringe o universo das entidades que poderão ser qualificadas de organizações sociais, estabelecendo que serão apenas aquelas cujas atividades sejam dirigidas ao ensino (e aqui não houve a distinção de 1.º ou 2.º grau ou de nível superior), à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

Observa-se que a lei citada apenas restringe o campo de atuação para as organizações que procuram obter a qualificação de Organização Social, não evidenciando quais se excluem como tal (PAIVA, 2007 p.33).

2.2.4 Lei n.º 9.790 de 1999 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs)

A lei n.º 9.790, de 23 de março de 1999, é regulamentada pelo Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999. Essa lei, também conhecida como Lei do Terceiro Setor, tornou-se um marco na organização desse setor, estabelecendo um novo disciplinamento jurídico às organizações sem fins econômicos. Segundo essa lei, a qualificação se dá através do Poder Público, podendo as organizações através dessa qualificação, firmarem termo de parceria com esse órgão (Paes, 2003 p.112).

Quadro 2.3: Comparativo do acesso à qualificação de OSCIP

Lei 9.790/1999	Legislação anterior e vigente
Criação da qualificação de OSCIP, concedida pelo Ministério da Justiça.	No nível federal, são fornecidas duas qualificações: Declaração de Utilidade Pública Federal, pelo Ministério da Justiça; e Certificado de Fins Filantrópicos, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Declarações de Utilidade Pública similares são oferecidas no nível dos estados e municípios.
A lei determina rapidez no ato de deferimento da solicitação porque a qualificação é ato vinculado ao cumprimento das exigências da lei, isto é, se a entidade entregou os documentos e cumpriu com as exigências, ela é qualificada automaticamente.	Tais qualificações dependem de vários documentos, cuja obtenção pode ser morosa e de custos elevados.
Se o pedido de qualificação como OSCIP for negado, a organização, após fazer as alterações indicadas na justificativa de indeferimento, feita pelo Ministério da Justiça, pode reapresentar o pedido imediatamente.	Se o pedido para essas qualificações for negado, a entidade não pode proceder à reapresentação imediata, devendo esperar um período definido legalmente.

Fonte: adaptado do *site* do SEBRAE.

De acordo com a Lei nº 9.790/99, podem-se qualificar como OSCIP as pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade lucrativa, desde que seus objetivos sociais tenham ao menos uma das seguintes finalidades enumeradas em seu art. 3º. Estas foram muito bem resumidas por Paes (2003, p.114) e devem se localizar: nos campos da assistência social, cultura, educação, saúde, voluntariado, desenvolvimento econômico e social, da ética, da paz, da cidadania e dos direitos humanos, da democracia e de outros valores fundamentais, além da defesa, preservação e conservação do meio ambiente.

Essa Lei, em seu art. 2º, enumera também as organizações que não podem ser qualificadas como OSCIP:

- I- as sociedades comerciais;
- II- os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
- III- as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;
- IV- as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;
- V- as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
- VI- as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;
- VII- as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;
- VIII- as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;
- IX- as Organizações Sociais;
- X- as cooperativas;
- XI- as fundações públicas;
- XII- as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;
- XIII- as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

A referida lei estabeleceu que as pessoas jurídicas interessadas na qualificação, além de atenderem aos campos de atuação citados anteriormente, sejam regidas por estatutos cujas normas disponham expressamente sobre aspectos jurídicos e contábeis que sejam indispensáveis para se possibilitar a gestão e administração de forma transparente e eficiente (PAES, 2003 p.123).

O art. 4º dessa lei cita a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência. A seguir são demonstrados, através do Quadro 2.4, esses princípios dentro das OSCIPs e dentro da Administração Pública.

Quadro 2.4: Comparativo dos princípios da administração pública e os princípios das OSCIPs

Princípio	Na Administração Pública	Nas OSCIPs
Legalidade	Art. 5º da CF/88: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;	Os integrantes das organizações, associados ou membros, dirigentes ou Conselheiros em todas as suas atuações que no âmbito de uma assembléias geral, quer no seio de um Conselho Curador ou Fiscal, quer o Exercício de uma Diretora Administrativa tem como condicionante à sua liberdade ou vontade pessoal a obediência às normas estatutárias da entidade.
Impessoalidade	A atividade administrativa deve ser destinada a todos os administrados, dirigida aos	A OSCIP não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez

	cidadãos em geral, sem a determinação de pessoa ou discriminação de qualquer natureza.	que é sempre o cumprimento dos seus fins e o interesse público que devem nortear todas as suas atividades.
Moralidade	É o conjunto de regras de conduta tiradas da disciplina interior da Administração. É evidenciado dentro deste princípio que a moralidade administrativa constitui o pressuposto de validade de todo ato administrativo, que não terá que obedecer somente à lei jurídica, mas também a lei ética.	Todos os administradores, integrantes e dirigentes devem obedecer à Lei e ao Estatuto da Organização, e também a ética no sentido de que o comportamento praticado deve ser justo e correto.
Publicidade	Corresponde à obrigatoriedade de divulgação oficial do ato administrativo para conhecimento público e início de seus efeitos. Propicia o conhecimento da conduta interna dos agentes da Administração Pública, oportunizando a utilização de mecanismos de controle, quando necessários à adequação do ato ao contexto da legalidade e da moralidade.	No âmbito das entidades de interesse social se impõe também sua ampla divulgação, mormente entre seus integrantes, sócios, colaboradores e parceiros. Há atos, contratos, ajustes, convênios que para serem aptos a produzir consequências jurídicas às sociedades que os omitem, exigem a publicação para serem válidos para terceiros.
Eficiência	Significa que ao administrador público, cabe-lhe, como dever, um modo de atuar em suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional.	Cabe também ao administrador de uma entidade de interesse social, que em todas as atividades exercidas, sejam com agilidade e rapidez de modo a não deixar desatendidos e prejudicados os interesses coletivos e sociais a que se propôs.
Economicidade	Não existe esse princípio dentro da administração pública.	Esse princípio tem como objetivo verificar se o administrador observa a relação custo-benefício, para que os recursos públicos tenham sido empregados da forma mais econômica, eficiente e vantajosa para o poder público.

Fonte: adaptado de (Meirelles, 1998, p.12).

De acordo com os arts 7.º e 8.º da lei:

Art.7.º Perde-se a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, no qual serão assegurados ampla defesa e o devido contraditório.

Art.8.º Vedado o anonimato, e desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer cidadão, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, é parte legítima para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação instituída por esta lei.

A lei, de acordo com os dois artigos citados, deixa expressa a responsabilidade do Ministério Público no processo administrativo ou judicial de perda da qualificação de OSCIP. Segundo a Constituição Federal, o Ministério Público é o órgão responsável pela defesa dos interesses sociais (PAES, 2003 p. 134).

A OSCIP tem acesso a recursos públicos para a realização de projetos por meio da celebração do Termo de Parceria (art.9.º). Esse termo é definido como o instrumento destinado à formação de vínculo de cooperação entre o poder público e as entidades qualificadas como OSCIP. A regulamentação para a realização do Termo de Parceria é fornecida pela própria Lei e Decreto 3.100/99 que incentiva a escolha de parceiros por meio de concurso de projetos (PAES, 2003, p. 137).

É importante destacar que a lei é rigorosa. No caso de uso indevido de recursos, são imputadas punições severas à organização e a seus dirigentes que fizerem mau uso dos recursos estatais. Uma Comissão de Avaliação – composta por representantes do órgão estatal parceiro, do Conselho de Política Pública e da OSCIP – avalia o Termo de Parceria e verifica o desempenho global do projeto em relação aos benefícios obtidos para a população-alvo. Valores maiores ou iguais a R\$ 600.000,00 de recursos públicos repassados por meio do Termo de Parceria comprometem a OSCIP a contratar auditoria independente para avaliar esse Termo, cujo custo pode ser incluído no valor do próprio Termo de Parceria (PAES, 2003, p.113).

O extrato do Termo de Parceria deve ser publicado pelo órgão estatal, na imprensa oficial do Município, Estado ou União. Além disso, há a obrigação de prestação de contas anual ao poder público que deve conter o relatório sobre o objeto do termo de parceria, o comparativo das metas com os respectivos resultados, o demonstrativo dos gastos e receitas efetivamente realizados e a publicação na imprensa oficial do Município, Estado ou União de demonstrativo da sua execução física e financeira (PAES, 2003 p.137).

Segundo *site* Sebrae

É vedada a participação de OSCIPs em campanhas de interesse político-partidário ou Eleitoral, independentemente da origem dos recursos (públicos ou próprios). Os Conselhos de Políticas Públicas são consultados antes da celebração dos Termos de Parceria e participam da Comissão de Avaliação dos resultados. Qualquer cidadão pode requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação de uma entidade como OSCIP, desde que amparado por evidências de erro ou fraude. Exige a adoção de práticas gerenciais que coíbam o favorecimento pessoal em processos decisórios. A OSCIP deve criar um Conselho Fiscal, como primeira instância de controle interno. A OSCIP deve dar

publicidade ao seu relatório de atividades e às suas demonstrações financeiras. É livre o acesso às informações referentes às OSCIPs junto ao Ministério da Justiça.

A lei também prevê que a qualificação de uma organização como OSCIP pode conviver com as qualificações previstas em outros diplomas legais, por um prazo de até dois anos, contados a partir de 24 de março de 1999. Findado esses dois anos, a organização renuncia automaticamente às qualificações anteriores. O § 1º do art.18 do mencionado dispositivo, prevê, findo o prazo assinalado no “caput”, a opção pela qualificação como OSCIP pelas organizações interessadas em mantê-la. O § 2º do art. 18 determina a perda da qualificação como OSCIP pelas entidades que não fizerem a opção. A opção pela qualificação como OSCIP, que implica a renúncia às demais, significa a perda de diversos benefícios fiscais fundados nessas qualificações. Essa talvez seja uma das principais razões da tímida acolhida da Lei nº 9.790/99, considerada, na época de sua promulgação, como o marco legal do Terceiro Setor no Brasil (PAES, 2003 p.139-140).

2.2.5 Normas Brasileiras de Contabilidade

A falta de atos normativos contábeis específicos para as entidades sem fins lucrativos gerava procedimentos contábeis não uniformes, conforme se pode analisar segundo Andrade (1991, p.309) que enfatiza que as organizações do Terceiro Setor *Freqüentemente não estão submetidas a normas governamentais, tão comuns na área da contabilidade, e os contadores que com elas se envolvem acabam por não saber quais os critérios mais adequados para a confecção do registro contábil das operações destas entidades.*

Com o passar dos anos, foram sendo criadas pelo CFC resoluções focadas nessas organizações que tanto careciam de um ordenamento contábil. Ainda assim, segundo especialistas na área, falta muito a ser feito, como é possível verificar com a explanação de Olak e Nascimento (2008, p.56)

No Brasil, são embrionárias, ainda, as normas e práticas contábeis que contemplam particularmente as entidades sem fins lucrativos. As pesquisas e publicações sobre o tema são raras e apenas recentemente o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) pronunciou-se sobre o assunto, editando as seguintes normas técnicas aplicáveis às organizações sem fins lucrativos. São elas: a) NBC T 10.1 – Fundações; b) NBC T 19.4 – Incentivos Fiscais, Subvenções, Contribuições, Auxílio e Doações

Governamentais; c) NBC T 10.18 – Entidades sindicais e associações de classe; d) NBC T 10.19 – Entidades sem finalidade de lucros.

De acordo com a NBC T 10.19 (Resolução CFC nº 926/2001), *aplicam-se às entidades sem finalidade de lucros os Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade.*

Portanto, essas organizações devem observar os Princípios Contábeis, que segundo MARION (1997, p.37) surgiram *da necessidade de apresentar uma linguagem comum para se preparar e interpretar apropriadamente os relatórios contábeis.*

De acordo com a NBC T 10.19 (item 10.19.3.1), as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pelas organizações sem finalidade de lucros são as determinadas pela NBC T 3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis, e a sua divulgação, pela NBC T 6 – da divulgação das Demonstrações Contábeis (OLAK e NASCIMENTO, 2008 p. 68).

Ao analisar a NBC T 3, observa-se que as Demonstrações Contábeis elencadas são: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos.

A NBC T 3 é aplicável às organizações com ou sem finalidade econômica. A NBC T 10 traz alterações em relação às nomenclaturas utilizadas nas organizações sem finalidade de lucro, como a substituição da conta “Capital” por “Patrimônio Social” e “Lucros ou Prejuízos Acumulados” por “*Superávit* ou *Déficit* do Exercício” (OLAK e NASCIMENTO, 2008 p.68).

Quadro 2.5: Diferenças quanto às nomenclaturas para as organizações sem fins lucrativos.

Organização com finalidade de lucro	Organização sem finalidade de lucro
Capital Social	Patrimônio Social (item 3.2 da NBC T 10.19)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	<i>Superávits</i> ou <i>Déficits</i> Acumulados (item 3.2 da NBC T 10.19)
Demonstração do Resultado do Exercício	Demonstração do <i>Superávit</i> ou <i>Déficit</i> (item 5.1 da NBC T 10.4)
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Demonstração das Mutações do Patrimônio Social (item 6.1 da NBC T 10.4)

Fonte: Pereira (2006, p. 23).

2.3 A transparência contábil no Primeiro, Segundo e Terceiro Setor

A contabilidade pode ser considerada uma das ciências mais antigas do mundo e tem como papel social planejar e colocar em prática um sistema de informação para uma organização, seja ela com ou sem fins lucrativos. Assim sendo, ela busca prover os usuários com informações econômicas e financeiras sobre seu patrimônio e suas mutações, utilizando-se de registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos expressos sob a forma de relatórios e pareceres. Quanto maior a transparência dada aos relatórios contábeis das organizações, maior será o interesse e o respeito dos usuários externos a essas informações.

2.3.1 Primeiro Setor

A Contabilidade aplicada à Administração Pública é guiada pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

O controle interno na Administração Pública deve possibilitar ao cidadão informações que confirmem transparência à gestão pública. Dessa forma, o sistema integrado de controle interno deve servir como agência de *accountability*, agência de transparência, de responsabilidade e prestação de contas de recursos públicos.

Segundo Tinoco (2002, p.62)

A responsabilidade (*accountability*) corresponde sempre à obrigação de executar algo, que decorre da autoridade delegada e ela só quita com a prestação de contas dos resultados alcançados e mensurados pela Contabilidade. A autoridade é a base fundamental da delegação e a responsabilidade corresponde ao compromisso e obrigação de a pessoa escolhida desempenhá-lo eficiente e eficazmente.

Com o advento da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), a qual estabelece normas gerais de finanças públicas a serem observadas pelos três níveis de Governo: Federal, Estadual e Municipal, tornou-se ainda mais importante o planejamento e a transparência a fim de prevenir riscos e

corrigir desvios que afetem o equilíbrio das contas públicas e a garantia nas contas, através do cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas (CFC, 2000, p.65).

Por meio da transparência, se colocará à disposição da sociedade diversos mecanismos de cunho democrático, entre os quais merecem relevo: a participação em audiências públicas e a ampla divulgação das informações gerenciais, através do relatório resumido da execução orçamentária, do relatório de gestão fiscal, bem como dos anexos de metas e riscos fiscais (VERÍSSIMO, 2006).

Segundo o art. 48 da LRF,

São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Dessa forma, a transparência é assegurada através da divulgação ampla, inclusive pela internet, de planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; relatórios de prestações de contas e respectivos pareceres prévios; relatórios resumidos da execução orçamentária e gestão fiscal, bem como das versões simplificadas de tais documentos.

De acordo com Taborda (2006, p. 254)

Em última instância, só através da transparência – apresentação de dados consistentes e compreensíveis, oportunos e atualizados – que se expressa através da obrigação de as autoridades públicas, em cada nível de Governo, emitirem declarações mensais, trimestrais e anuais de responsabilidade fiscal, atendendo aos limites previstos nas metas e objetivos ou justificando seus desvios temporários e, ainda, permitirem o acesso público a essas informações, é que os objetivos da Lei podem ser alcançados. Por outro lado, a efetividade da Lei Fiscal será assegurada por mecanismos de compensação e de correção dos desvios, e com transparência, a fim de punir a má gestão mediante a disciplina do processo político.

O advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, torna os atos da administração pública transparentes a todos os usuários internos e externos, possibilitando maior controle dos desvios muitas vezes ocorridos nessas organizações. O uso de meios eletrônicos por parte dessas organizações se torna obrigatório, conforme mencionado anteriormente. Isso torna rápido e fácil o acesso para muitos usuários que desejem obter informações a respeito da utilização dos recursos públicos.

2.3.2 Segundo Setor

O principal instrumento sobre regulamentação contábil do setor privado é a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 que, embora se refira as Sociedades Anônimas, ainda assim é a lei que pode ser aplicada às demais organizações ou sociedades (ONÓFRIO).

Essa lei foi alterada em alguns de seus artigos pela Lei 11.638 de 2007, que passou a reger os arts. 176 a 179, 181 a 184, 187, 188, 197, 199, 226 e 248.

Segundo Almeida (2008),

O gênero sociedades por ações é composto pelos tipos societários comandita por ações e sociedade anônima – também chamada de companhia (...) analisando as sociedades anônimas conforme a lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a norma representa um importante avanço institucional, contribuindo para aumentar o grau de transparência das demonstrações financeiras e, assim, oferecer maior segurança ao investidor.

Vigente desde 01 de janeiro de 2008, a Lei 11.638/07 obriga as empresas a elaborar demonstrações financeiras individuais, seguindo os dispositivos da própria lei, bem como, em caso de omissão, obedecer a Lei 6.404/76.

Quadro 2.6: Comparativo Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras	
Sociedade Anônimas Fechadas	Sociedade Anônimas Abertas
No caso de haver desobediência por parte de Companhia fechada, em relação às normas sobre demonstrações financeiras, expedidas pela CVM, sobre a empresa recairão as normas emitidas pelo Comitê de Práticas Contábeis, se as normas não observadas forem dotadas de aprovação por parte do Conselho Federal de Contabilidade.	Segundo a instrução 457 da CVM, alinhada a um comunicado do Banco Central do Brasil, é dever das Companhias abertas a elaboração de demonstrações financeiras anuais consolidadas com base nos padrões internacionais (IFRS), apresentadas de forma comparativa. Passando a ser, tais demonstrações, obrigatórias a partir de 2010 e opcionais a partir de 2009.

Fonte: adaptado de (Almeida).

A lei 11.638 de 2007 trouxe ainda outras alterações citadas a seguir, conforme Almeida (2008):

Substituição da DOAR (Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos) pela DFC (Demonstração de Fluxo de Caixa); Obrigatoriedade do DVA (Demonstração do Valor Adicionado); Extinção da conta Lucros Acumulados, entretanto, continua havendo a conta de Prejuízos Acumulados; Substituição da Reserva de Reavaliação, pelos Ajustes de Avaliação Patrimonial; Criação de nova reserva de lucros, destinada aos incentivos fiscais; Extinção da reserva de capital de doações e subvenções para investimentos; Possibilidade de segregação entre a

escrituração mercantil e a tributária; Novo subgrupo do Ativo Permanente: o Intangível, entre outras modificações.

Alterações significativas foram feitas pela lei 11.638 de 2007 quanto às demonstrações contábeis, conforme foi visto na explanação de Almeida. As organizações regidas por essa lei devem se adaptar a esse novo disciplinamento.

Quanto à transparência exigida nessa lei é importante citar o art.289:

Art. 289. As publicações ordenadas pela presente Lei serão feitas no órgão oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia, e em outro jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia. (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997). § 1º A Comissão de Valores Mobiliários poderá determinar que as publicações ordenadas por esta Lei sejam feitas, também, em jornal de grande circulação nas localidades em que os valores mobiliários da companhia sejam negociados em bolsa ou em mercado de balcão, ou disseminadas por algum outro meio que assegure sua ampla divulgação e imediato acesso às informações. (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997). § 2º Se no lugar em que estiver situada a sede da companhia não for editado jornal, a publicação se fará em órgão de grande circulação local. § 3º A companhia deve fazer as publicações previstas nesta Lei sempre no mesmo jornal, e qualquer mudança deverá ser precedida de aviso aos acionistas no extrato da ata da assembléia-geral ordinária. § 4º O disposto no final do § 3º não se aplica à eventual publicação de atas ou balanços em outros jornais. § 5º Todas as publicações ordenadas nesta Lei deverão ser arquivadas no registro do comércio. § 6º As publicações do balanço e da demonstração de lucros e perdas poderão ser feitas adotando-se como expressão monetária o milhar de reais. (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997). § 7º Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, as companhias abertas poderão, ainda, disponibilizar as referidas publicações pela rede mundial de computadores. (Incluído pela Lei nº 10.303, de 2001)

É importante se observar que a Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, seguida pelas alterações da Lei 11.638 de 2007, não obriga as demais organizações à publicação de suas demonstrações contábeis. A publicação se torna facultativa para as demais empresas que não sejam objeto dessas leis. Embora se observe que a crescente mudança e surgimento de novas leis exigem cada vez mais transparência para os diversos setores, seria ideal que àquelas organizações que não se enquadram nas leis anteriormente mencionadas, se antecipassem aos acontecimentos, e passassem a pensar na importância de transparecer seus atos ao público externo.

2.3.3 Terceiro Setor

Tendo o Terceiro Setor um papel de grande relevância na sociedade, torna-se cada vez mais exigente a transparência dos recursos recebidos e dos serviços realizados por essas organizações. A falta de transparência por parte dessas organizações traz, por muitas vezes, a falta de recursos contínuos de seus doadores, o que deixa de possibilitar uma melhor atuação na sociedade.

A Secretaria Nacional de Justiça, visando, além de outras providências, fiscalizar a prestação de contas das organizações qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, as entidades de Utilidade Pública Federal - UPF e a Organização Estrangeira que necessite de autorização para funcionamento dentro do Brasil - OE, criou a Portaria nº 24, de 11 de outubro de 2007.

Essa portaria teve como principal objetivo criar o Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública – CNES/MJ, assim como dar outras providências. Segundo o art. 2º da referida Portaria,

O CNES/MJ constitui o conjunto de mecanismos eletrônicos de coleta, processamento, análise e transmissão de dados destinado à integração dos procedimentos administrativos de reconhecimento, prestação de contas, renovação de qualificações e titulações e fiscalização dos recursos públicos.

De acordo com o art. 8º, parágrafo I, as OSCIPs, objetos de estudo deste trabalho, têm até o dia 30 de junho de 2008 para fazer a entrega ao Departamento de Justiça, Qualificação, Títulos e Qualificação da Secretaria Nacional de Justiça - DEJUS/SNJ, através do CNES/MJ, de seus relatórios de atividades e de suas demonstrações financeiras. Torna-se importante observar que essa obrigação se estende as demais organizações com outras qualificações, citadas anteriormente.

Segundo o Ministério da Justiça, o CNES/MJ tem como objetivos:

a) Prover mecanismos de análise, participação e controle social, em relação às atividades desenvolvidas por entidades sociais; b) Permitir o acompanhamento e a avaliação do uso dos recursos públicos repassados a essas entidades; c) Racionalizar e agilizar os processos de qualificação e de prestação de contas; d) Organizar um banco de dados com informações seguras.

Observa-se que a transparência contábil cresce cada vez mais em todos os tipos de organizações. O Terceiro Setor, através da portaria mencionada neste capítulo, foi contemplado com uma responsabilidade até então dada somente às Sociedades Anônimas e ao Setor Público. Transparecer os relatórios contábeis através do CNES/MJ, tornou-se obrigatório para as organizações que possuem as qualificações já mencionadas.

No endereço eletrônico do Ministério da Justiça, que trata sobre o CNES público, pode-se encontrar uma ressalva a toda essa transparência. Essa ressalva diz que, se a organização não quiser seus relatórios expostos, ela deverá no momento da transmissão da prestação de contas, solicitar tratamento sigiloso às informações. Esse pedido de tratamento sigiloso será analisado pelo DEJUS/SNJ e a entidade comunicada do resultado da análise.

Através dessa ressalva, pode-se entender que as organizações do Terceiro Setor que possuem a obrigação de transparecer suas ações têm subterfúgios para deixar de evidenciar essas informações ao público externo.

Torna-se importante salientar que as organizações qualificadas como OSCIPs, de acordo com a Lei nº 9.790 de 1999, que firmem termos de parceria, tornam-se obrigadas segundo o art. 70, parágrafo único da constituição federal de 1988, a prestar contas por utilizar recursos públicos pelos quais a União responda. Essa prestação de contas consta no art.10, parágrafo 2º das cláusulas essenciais, e deixa claro que a publicação deverá ser feita na imprensa oficial do Município, Estado ou da União.

De acordo com o art. 19 dessa mesma Lei, as OSCIPs que firmarem Termo de Parceria igual ou superior a R\$ 600.000,00 deverão ser submetidas de auditoria.

A Portaria nº 24, de 11 de outubro de 2007, engloba muito mais do que as OSCIPs que firmam apenas Termos de Parceria, generalizando a obrigação de transparência de suas demonstrações contábeis para todas as OSCIPs.

Talvez daqui a alguns anos, muitos trabalhos surjam como um comparativo dessa portaria com a Lei de Responsabilidade Fiscal que é destinada ao Setor Público, observando que tal portaria só traz benefícios ao crescimento da transparência tão almejada dentro da contabilidade.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Para realização da pesquisa, tomou-se como base de dados o cadastro das OSCIPS fornecido pelo Ministério da Justiça, a partir de sua página na Internet.

Conforme o cadastro em maio de 2008, havia 213 organizações qualificadas como OSCIP no Estado de Santa Catarina, distribuídas, de acordo com a localização, conforme Quadro 3.1:

Quadro 3.1: Distribuição das OSCIPs por cidade dentro de Estado de Santa Catarina.

CIDADE	Nº de OSCIPs
Balneário Camboriú	15
Blumenau	18
Criciúma	7
Joinville	18
Florianópolis	84
Outras	71
TOTAL	213

Fonte: Dados da Pesquisa.

Como se observa, em sua grande maioria, as OSCIPs de Santa Catarina estão concentradas na cidade de Florianópolis. Foram classificadas como “Outras”, as cidades que apresentam menos de 5 organizações qualificadas como OSCIP.

Partindo disso, torna-se importante elaborar um quadro que demonstre a distribuição das OSCIPs quanto à finalidade. Assim, o Quadro 3.2 traz essa distribuição:

Quadro 3.2: Distribuição das OSCIPs por Finalidade dentro de Estado de Santa Catarina.

FINALIDADE	Nº de OSCIPs
Ambiental	34
Assistencial	40
Beneficente	6
Cidadania	11
Cooperativas	1
Creditícia	29
Cultural	16
Educacional	10
Esportista	1

Jurídica	2
Nutrição	1
Outros	2
Pesquisas	15
Saúde	8
Tecnologia	1
Voluntariado	5
<i>Outras</i>	31
TOTAL	213

Fonte: Dados da Pesquisa.

Conforme se observa, as OSCIPs de Santa Catarina têm sua finalidade concentrada principalmente nas áreas de atuação assistencial e ambiental. É importante ressaltar que a lista obtida junto ao *site* do Ministério da Justiça não possui a finalidade de algumas dessas organizações, as quais estão distribuídas no Quadro 3.2 como “Outras”.

Partindo dessas organizações, nas quais foi baseada esta pesquisa, buscou-se localizar as páginas eletrônicas das mesmas. Como o cadastro do Ministério da Justiça traz informações sobre endereço, telefone e finalidade dessas organizações, mas não traz informações referentes às páginas eletrônicas das mesmas, buscaram-se alternativas a fim de eliminar qualquer possibilidade de não pesquisar *sites* existentes, deixando, desse modo, de fora organizações passíveis de serem pesquisadas.

Na tentativa de localizar possíveis *sites*, passou-se, então, por outro critério de busca dentro do próprio sítio eletrônico do Ministério da Justiça: o Cadastro Nacional das Entidades de Utilidade Pública – CNEs, que é um sistema eletrônico que tem como objetivo principal facilitar a comunicação entre o Estado, as organizações e a sociedade, visto que desburocratiza, padroniza e dá transparência aos processos referentes às qualificações federais.

Para a consulta ao CNEs público, foi utilizado o CNPJ das organizações, obtido através do cadastro inicialmente pesquisado. Dentro do CNEs foram obtidas 48 organizações com *site*.

É importante ressaltar que das 213 organizações qualificadas como OSCIP no Estado de Santa Catarina, 100 delas possuem o cadastro no CNEs, ficando assim,

113 organizações que ainda não possuem esse cadastro, o que impossibilitou tal verificação.

Conforme consta no *site* do Ministério da Justiça, o CNEs está se preparando para funcionar como a “porta de entrada” para captação de recursos públicos junto à Administração Pública, em âmbito federal, estadual e municipal. Portanto, o fato dessas organizações não possuírem esse cadastro até a data dessa pesquisa, não se relaciona de forma alguma à inexistência das mesmas.

Como a listagem oferecida pelo CNEs público apresenta algumas informações desatualizadas, conforme constatado pela pesquisa realizada, as 52 organizações que não possuem *site* através do CNEs entraram na seleção das demais, ficando assim 165 (cento e sessenta e cinco) organizações para serem localizadas através dos parâmetros descritos a seguir.

A busca pelos *sites* das 165 (cento e sessenta e cinco) organizações, passou por critérios rigorosos, afim de não distorcer a análise dos resultados e, conforme mencionado anteriormente, não deixar possíveis *sites* de organizações fora da pesquisa, distorcendo os resultados.

Os critérios de busca, descritos mais adiante, podem ser resumidos no Quadro 3.3:

Quadro 3.3: comparativo do Método de Seleção empregado na busca pelos *sites* das organizações qualificadas como OSCIP em SC.

Método de Seleção	Resultado
CNEs	47
<i>Sites</i> de busca	27
Obtidos através de contato telefônico	17
Não possui <i>site</i>	58
<i>Site</i> não encontrado	64
Total	213

Fonte: Dados da Pesquisa.

Observando o Quadro 3.3, pode-se visualizar que o “CNEs” apresenta uma organização a menos do que já foi mencionado anteriormente. Esse fato se deve ao método de seleção utilizado neste trabalho. Na listagem das 48 organizações que

possuem *sítes* conseguidos através do CNEs, uma apresenta *site* em manutenção, sendo caracterizada assim como “Não tem *site*”.

Para chegar às entidades pesquisadas que possuem *site*, serão comentadas a seguir as formas utilizadas para a obtenção dos resultados apresentados no Quadro 3.3:

- *CNEs*: esse método de seleção, como já comentado, foi utilizado através do *site* do Ministério da Justiça pelo *link* de CNEs público.
- *Sítes de busca*: para utilizar esse método de seleção, foram verificadas todas as organizações que não possuíam cadastro no CNEs, ou seja, 165 organizações passaram por essa análise.
- *Obtidos através de contato telefônico*: como muitas das 165 organizações não foram localizadas pelos *sítes* de busca na Internet, foi necessário conseguir o telefone delas, através da própria relação das 213 OSCIPs, das informações no CNEs público ou ainda de ligações feitas para o Auxílio à Lista (102).
- *Não possui site*: Dentro de método de seleção, foram relacionadas todas as organizações que não possuem *site*. Além daquelas organizações que confirmaram não ter *site* através de ligações feitas para essas entidades, filtrou-se nesse método as que possuíam *sítes* em grupos, *sítes* em manutenção, *sítes* em construção, *sítes* fora do ar por falta de pagamento, cadastrado em *sítes* de relacionamento, diários eletrônicos (*blog*), *sítes* de grupos, entre outras formas que não se relacionavam diretamente com endereços eletrônicos específicos dessas organizações.
- *Site não encontrado*: Para o enquadramento nesse método, foi necessário filtrar as organizações que não possuíam telefones, segundo informações obtidas no Auxílio à Lista (102). Muitas outras organizações que possuem telefone no auxílio à lista também foram enquadradas nesse método, por apresentarem números inexistentes ou desligados temporariamente, ou até mesmo por não atenderem aos telefonemas feitos por 5 dias consecutivos. Todas essas organizações passaram por buscas em *sítes* específicos na Internet e, ainda assim, não foi possível obter qualquer informação que levasse ao resultado até então esperado.

Após este criterioso processo de busca, passou-se a pesquisa nos *sites* localizados.

Das 213 organizações pesquisadas inicialmente, 91 possuíam páginas na Internet. Destas 91 organizações, apenas 9 apresentam algum tipo de relatório contábil. São elas: a) Associação Brasileira de Portadores de Câncer – AMUCC; b) Associação Brasileira Para o Desenvolvimento da Família - Banco da Família; c) Associação de Crédito Solidário do Norte Nordeste de Santa Catarina - Casa do Empreendedor; d) Banco de Crédito Popular da Foz Do Rio Itajaí - Açú – BANCRI; e) Casa do Microcrédito; f) Instituição Comunitária de Crédito Blumenau Solidariedade - ICC – BLUSOL; g) Instituição de Crédito Solidário – CREDISOL; h) Instituto Letra Viva - Letra Viva; i) Sociedade de Crédito ao Micro Empreendedor do Planalto Norte – PLANORTE.

Antes de passar para os resultados objetivados por esta pesquisa, pode-se ainda observar através do Quadro 3.4, a forma como tais *sites* foram localizados.

Quadro 3.4: Resultado das formas de obtenção dos *sites* das OSCIPs em SC.

Método de Seleção	Nº de OSCIPs
CNEs	47
Obtidos através de <i>sites</i> de busca	27
Obtidos através de ligações telefônicas	17
TOTAL DE OSCIPs COM SITE	91

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os resultados obtidos foram bastante diversificados, com informações dos mais diversos tipos. Algumas dessas organizações, apesar de publicarem informações contábeis em seus *sites*, não têm como objetivo atualizá-las. Chegou-se a essa conclusão, pelo fato de algumas dessas organizações terem apenas algum tipo de relatório contábil de anos muito anteriores ao findado em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, elas trazem uma transparência não atualizada aos interessados por essas informações. Pode-se verificar ainda que uma dessas organizações, o Instituto Letra Viva, possui publicado em seu *site* apenas um balancete de sua gestão do ano de 2005/2006.

Apesar de não ser objeto da pesquisa verificar o porquê da divulgação dos demonstrativos das organizações de Santa Catarina caracterizadas como OSCIP, foi

também encaminhado *e-mail* para todas as organizações que possuem algum tipo de relatório contábil em seu *site*. A intenção foi verificar, na opinião da organização, qual a importância da iniciativa de publicar seus demonstrativos contábeis. Para tanto, foi feita a seguinte pergunta: *Como surgiu a iniciativa da publicação dos demonstrativos contábeis através do site da organização? Qual a importância, para a organização, de tal iniciativa?*

Das nove organizações que divulgam seus demonstrativos, apenas duas delas, a AMUCC e a PLANORTE, deram respostas à questão enviada que podem ser contempladas a seguir:

- Resposta da AMUCC: *O estatuto da AMUCC prevê a publicação do balancete anual em um meio de comunicação de grande circulação. Conforme o orçamento, publicamos em jornal catarinense e sempre colocamos no informativo da entidade o balancete, que é enviado aos associados e pessoas físicas e jurídicas cadastradas. A partir de 2005, quando nos tornamos OSCIP, começamos também a colocar no site, inicialmente porque naquele ano não fizemos o informativo no final do ano, e depois achamos que seria o meio com maior divulgação, embora ainda continue sendo publicado no informativo.*
- Resposta da PLANORTE: *Somos uma entidade do Terceiro Setor, e como tal entendo, temos a obrigação e o dever de prestar conta a sociedade de nossas atividades, e com isso com certeza com o tempo outras entidades farão o mesmo. A transparência faz parte de nossa cultura, além da publicação em nosso site, publicamos em jornais de nossa região e em reuniões com a comunidade (assembléias). E a maior importância que vemos é a credibilidade alcançada na região que atendemos.*

Pela resposta dos representantes das duas organizações, percebe-se que há preocupação da entidade em divulgar, de diversas formas, a utilização dos recursos, dando maior transparência à gestão da organização. Percebe-se ainda, que a organização AMUCC vê a Internet como um meio mais eficiente, pelo seu maior

alcance de divulgar seus relatórios. E a organização PLANORTE tem uma preocupação considerável na prestação de contas com a sociedade.

Como as demais organizações não se manifestaram até a finalização dessa pesquisa, não se pode fazer inferências sobre elas em relação à motivação da divulgação dos demonstrativos contábeis.

3.1 Tipos de Demonstrações Contábeis publicadas

Como as informações são bastante diversificadas, das 9 (nove) organizações classificadas nessa pesquisa, foi elaborado o Quadro 3.5, que foi utilizado como um comparativo para classificar quais são as demonstrações contábeis publicadas por essas organizações. Antes, porém, é importante saber o que quer dizer cada uma das siglas presentes no Quadro 3.5: a) BP – Balanço Patrimonial; b) DSDE – Demonstração do *Superávit* ou *Déficit* do Exercício; c) DMPLS – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social; d) DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos; e) DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa.

Quadro 3.5: Demonstrativos Contábeis publicadas pelas OSCIPs de Santa Catarina.

OSCIP's de SC	BP	DSDE	DMPLS	DOAR	DFC	Notas Explicativas
AMUCC	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Banco da Família	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
BANCRI	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
BLUSOL	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim
Casa do Empreendedor	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Casa do Microcrédito	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Credisol	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Planorte	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
LetraViva	Apresenta apenas um Balancete					

Fonte: Dados da Pesquisa.

Conforme o Quadro 3.5, verifica-se que a publicação dos demonstrativos é bastante diversificada. Três dessas organizações, a Casa do Microcrédito, a Credisol e o Banco da Família, apresentam todas as demonstrações exigidas pela NBC T 3 já citada no capítulo 2.2.5. Das 9 (nove) organizações pesquisadas, apenas uma resume sua transparência a um balancete contábil. As demais se utilizam principalmente do Balanço Patrimonial e da Demonstração do *Superávit* ou *Déficit* do Exercício. Apenas a AMUCC não apresenta essa última demonstração mencionada.

Pode-se constatar que os demonstrativos contábeis evidenciados nos *sítes* dessas organizações não seguem as exigências da NBC T 3 em sua totalidade. Outras, no entanto, utilizam seus *sítes* para evidenciar até mesmo outras demonstrações. Conforme o Quadro 3.5, verifica-se que a BLUSOL e a Casa do Microcrédito disponibilizam as Notas Explicativas, que segundo o **síte portal de contabilidade**

visam fornecer as informações necessárias para esclarecimento da situação patrimonial, ou seja, de determinada conta, saldo ou transação, ou de valores relativos aos resultados do exercício, ou para menção de fatos que podem alterar futuramente tal situação patrimonial, ou ainda, poderá estar relacionada a qualquer outra das Demonstrações Financeiras, seja a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, seja a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Portanto, a evidenciação das Notas Explicativas é de valor expressivo para os usuários externos que desejam obter informações sobre essas organizações.

No Quadro 3.5 também foi pesquisado quais das organizações publicam a DFC em seu *síte*. Nenhuma das 9 (nove) publica esse tipo de demonstrativo contábil.

3.2 Itens das Demonstrações Contábeis publicadas

Apesar das demonstrações encontradas das 9 (nove) organizações ser em sua maioria insuficientes, torna-se importante analisá-las e verificar se elas seguem os padrões exigidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade. Assim como também verificar se, além das normas, elas possuem algum outro demonstrativo que venha a trazer maiores informações que evidenciem transparência em suas ações.

Os Quadros 3.6 e 3.7, adaptados de Pereira (2007, p.31), trazem uma investigação dos itens publicados nas demonstrações contábeis das organizações qualificadas como OSCIP no Estado de Santa Catarina. Esses Quadros foram divididos em Parte 1 e Parte 2, trazendo a Parte 1, as questões investigativas das organizações: AMUCC, Banco da Família, BANCRI, BLUSOL e Casa do Empreendedor.

Quadro 3.6: Investigação dos itens demonstrativos publicadas pelas OSCIPs de SC – Parte 1.

Item	Questão	OSCIPs SC				
		AMUCC	Banco da Família	BANCRI	BLUSOL	Casa do Empreendedor

1	Todas as demonstrações determinadas pela NBC T 3 estão publicadas? Desconsiderando para fins desse estudo a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.	Não	Sim	Não	Não	Não
2	A conta Lucros/Prejuízos Acumulados foi substituída por <i>Superávits/Déficits</i> Acumulados, conforme NBC T 10.19?	Sim	Sim	-----	Sim	Sim
3	A Demonstração do Resultado do Exercício teve sua denominação alterada para Demonstração do <i>Superávit</i> ou <i>Déficit</i> do Exercício, conforme NBC T 10.4?	-----	Sim	Não	Não	Não
4	A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido teve sua denominação alterada para Demonstração das Mutações de Patrimônio Social, conforme NBC T 10.4?	-----	Sim	-----	-----	-----
6	Apresenta parecer de auditoria?	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: Dados da Pesquisa.

O Quadro 3.7, ou também chamado de Parte 2, traz as questões investigativas relativas às organizações: Casa do Microcrédito, Credisol, Planorte e Letra Viva.

Quadro 3.7: Investigação dos itens demonstrativos publicadas pelas OSCIPs de SC – Parte 2.

Item	Questão	OSCIPs SC			
		Casa do Microcrédito	Credisol	Planorte	LetraViva
1	Todas as demonstrações determinadas pela NBC T 3 estão publicadas? Desconsiderando para fins desse estudo a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.	Sim	Sim	Não	-----
2	A conta Lucros/Prejuízos Acumulados foi substituída por <i>Superávits/Déficits</i> Acumulados, conforme NBC T 10.19?	Sim	Sim	Não	-----
3	A Demonstração do Resultado do Exercício teve sua denominação alterada para Demonstração do <i>Superávit</i> ou <i>Déficit</i> do	Sim	Sim	Não	-----

	Exercício, conforme NBC T 10.4?				
4	A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido teve sua denominação alterada para Demonstração das Mutações de Patrimônio Social, conforme NBC T 10.4?	Sim	Sim	-----	-----
6	Apresenta parecer de auditoria?	Sim	Não	Não	-----

Fonte: Dados da Pesquisa.

Torna-se importante salientar que as organizações que não possuem as demonstrações investigadas nos Quadros 3.6 e 3.7, não sofreram comentário algum nesses Quadros comparativos.

Apenas a organização Casa do Microcrédito apresenta “sim” para todas as questões elaboradas, inclusive sobre a publicação do parecer de auditoria. Como nem todas essas organizações são obrigadas a passar por auditoria, é importante citar a Credisol e o Banco da Família como organizações que respondem de forma positiva a todas as outras questões.

3.3 Data das Demonstrações Contábeis publicadas

Com já mencionado anteriormente, as datas das demonstrações contábeis publicadas pelas 9 (nove) organizações classificadas nesta pesquisa apresentam uma expressiva variação. Para melhor compreensão, será colocado a seguir o Quadro 3.8 representando essas variações.

Quadro 3.8: Investigação das datas dos demonstrativos publicadas pelas OSCIPs de SC.

	Ano dos Demonstrativos Contábeis
OSCIP's de SC	BP – DSDE – DMPLS – DOAR - Notas Explicativas
AMUCC	2004 e 2005
Banco da Família	2006 e 2007
BANCRI	2004, 2005 e 2006
BLUSOL	2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007
Casa do Empreendedor	2002 (BP) e 2003 (DSDE)
Casa do Microcrédito	2006 e 2007
Credisol	2006 e 2007
Planorte	2006
LetraViva	Essa organização apresenta apenas um Balancete do ano de 2006/2007

Fonte: Dados da Pesquisa.

Como se pode verificar no Quadro 3.8, são bastante diversificados os anos dos demonstrativos contábeis apresentados por essas organizações. Assim, fica difícil, na totalidade, classificar as informações obtidas nesses demonstrativos contábeis como transparentes.

Analisar demonstrativos contábeis de organizações que não são obrigadas a fornecer essas informações pode ser considerado, no mínimo, perigoso. Esses demonstrativos são divulgados por meios eletrônicos que muitas vezes não são próprios quanto à formatação para quem queira visualizá-los. Como os anos dessas demonstrações são diversos, fica ainda mais complicado fazer uma análise de como essas organizações estão se comportando atualmente. Isso faz com que se finalize a busca por outros tipos de informações, afim de não distorcer qualquer fato que queira ter sido evidenciado por essas organizações.

4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

4.1 Quanto à problemática

Conforme foi verificado na análise dos resultados dessa pesquisa, a transparência contábil em *sites* próprios das OSCIPs de Santa Catarina não é tida como o foco dessas organizações. Das 213 (duzentas e treze) organizações pesquisadas, 91 (noventa e uma) possuem *site*, e apenas 9 (nove) delas expõe de forma voluntária algum tipo de demonstrativo contábil.

As demais organizações que foram encontrados os *sites*, limitam-se, em sua maioria, a manter seus *sites* como panfletos de divulgação, evidenciando, através desses *sites*, apenas os porquês da existência dessas organizações, não repassando aos seus usuários externos qualquer tipo de relação aos recursos empregados em suas atividades.

O resultado pode ser considerado bom, até mesmo porque essas organizações não são obrigadas a evidenciar em seus endereços eletrônicos qualquer tipo de relatório relacionado à contabilidade. Aquelas que apresentam, agem por conta talvez da gestão empregada por seus dirigentes, associados e diretores em querer deixar explícito aos usuários externos a utilização dos recursos que mantêm a organização. Agindo assim, de forma voluntária na evidenciação desses demonstrativos.

4.2 Quanto aos objetivos

Visando o crescimento do Terceiro Setor na sociedade brasileira, a transparência é cada vez mais exigida dessas organizações. As demonstrações contábeis para o Terceiro Setor são, de acordo com as Normas do CFC, parcialmente diferentes em relação aos demonstrativos de empresas com finalidade lucrativa. É importante que os contabilistas e os gestores dessas organizações compreendam bem estas diferenças.

Outros relatórios podem e devem ser agregados, independente de obrigação ou imposição legal. Afim de que fique ainda mais transparente às ações empregadas nos recursos dessas organizações.

Com a Portaria nº 24, de 11 de outubro de 2007, que torna obrigatório o envio de demonstrativos contábeis através do CNES/MJ, as organizações que mantiverem a qualificação de OSCIP, terão seus demonstrativos evidenciados a toda e qualquer pessoa através do CNES/MJ público. Isso se os gestores e dirigentes dessas organizações não entrarem com um pedido da não publicação aos usuários externos, e essa solicitação atendida pelo Ministério da Justiça.

Essa Portaria só veio a contribuir para a transparência contábil para as organizações do Terceiro Setor.

4.3 Quanto a sugestões para futuros trabalhos

Sugere-se para trabalhos futuros, a análise dos relatórios contábeis enviados ao CNES/MJ, que trouxe essa obrigação às qualificações já mencionadas. Relatando e analisando quais os relatórios são obrigatórios, e se estão padronizados conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Sugere-se também, a realização de um estudo específico em Florianópolis, sobre a atuação das empresas segundo sua finalidade. E ainda, realizar um estudo comparativo com entrevistas semi-estruturadas, com os gestores das empresas por estado, no Brasil.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Renata Oliveira. **As sociedades anônimas a luz da Lei 11.638/07.** 28/3/08. Disponível em <<http://oabpb.helpdeskintegrativa.com.br/espacos.jsp?id=316>. Acessado em: 9/6/08.

ALVES, Francisco de Assis. **Associações, sociedades e fundações no código civil de 2002.** São Paulo:Juarez de Oliveira, 2003.

ALVES, Mario Aquino. Terceiro Setor: as origens do conceito. **Anais do XXVI Encontro Nacional da ANPAD.** Salvador/BA, 2002 (GPG 837-2002).

ANDRADE, Guy Almeida. **Contabilidade de entidades sem fins lucrativos.** Curso sobre Temas Contábeis. Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo. v.4. São Paulo: Atlas, 1991.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988.

BRASIL. **Conselho Federal de Contabilidade.** Princípios fundamentais de contabilidade. Resolução nº 877, 2000.

BRASIL. **Código Civil.**

<http://www.senado.gov.br/web/senador/fatimacleide/Educacao/c%F3digocivil.pdf>> Lei n. 10.406, de 2002. Acesso em 01/05/2008 às 16:29h

CAETANO, Rodrigo. **TI Traz transparência e controle ao Terceiro Setor.** Publicado em 28/02/2008. Disponível em <<http://fabianofuzetti.blogspot.com/2008/03/ti-traz-transparncia-e-controle-ao.html>> Acessado em: 01/04/2008.

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, E.B. (org). 3º setor. **Desenvolvimento social sustentado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.7-12.

CARTILHA COMUNIDADE SOLODÁRIA. **OSCIP** - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público: a Lei 9.790/99 como Alternativa para o Terceiro Setor Disponível em <<http://www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/oscip/09>> Acessado em: 02/06/2008.

CARVALHO, Nanci Valadares. **Autogestão: O Nascimento das ONGs**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1995. 2ª edição.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidade de interesse social**. 2.ed. Brasília: CFC, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimento contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social**. 2ed. Brasília: CFC, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Lei de Responsabilidade Fiscal LRFácil:guia contábil da lei de responsabilidade fiscal**. Brasília: CFC, 2000.

COSTA, Cláudia Soares; VISCONTI, Gabriel Rangel. **Terceiro Setor e Desenvolvimento Social**. Relato Setorial nº3. Julho de 2001. AS/GESET. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/relato/tsetor.pdf>> Acessado em 25/05/2008.

CRUZ, Flávio da. **Comentários à lei 4.320**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

DANIEL, Fabrício da Rocha. **A contabilização de alguns eventos contábeis das entidades do Terceiro Setor**. 2005. Monografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.

FERRAREZI, Elisabete. **Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP**: a Lei 9.790 como alternativa para o Terceiro Setor. Brasília. Comunidade Solidária, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez Editora Ltda, 1997. p. 11-12; 54-55.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Lei das Sociedades Anônimas**: comentada, com ênfase em temas destacados, e anotada nos demais temas, inclusas as modificações da Lei 11.638/07. 2008, Juruá Editora. Curitiba.

LEITE, Marco Antônio Santos. **O Terceiro Setor e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs**. 2003. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/bancoconhecimento/tecnico/TerSet.pdf>> Acessado em: 09/06/2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1998.

MENDES, Aline Cristina. **Terceiro Setor: Breve Panorama**: Crescimento e Desafios. Disponível em <<http://integracao.fgvsp.br/ano10/10/administrando.htm>> Acessado em: 07/06/2008.

MORGADO, Almir. Gomes, Eugênio Maria. **Entidades paraestatais e Terceiro Setor. Boletim Jurídico**. Anexo V. Número 261. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1819>> Acessado em: 07/06/2008.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/notasexplicativas.htm>> Acessado em 18/6/08.

ONOFRIO, Robertto. **A Importância Da Contabilidade Para As Empresas Sem Fins Lucrativos**. Disponível em : <<http://www.Soleis.Adv.Br/Artigoaimportanciadacontabilidade.Htm>> Acessado em: 9/6/2007.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor)**. São Paulo: Atlas, 2ª Edição, 2008.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e Entidades de Interesse Social**: Aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários. 4ª edição. Editora Brasília Jurídica. 2003.

PAIVA, Kamille Simas Ebsen. **Utilização de Instrumentos Contábeis em Organizações do Terceiro Setor**: Um estudo em entidade assistenciais de Florianópolis. 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

PAGANATTO, Rogério Gerlah. **Recolhimento de tributos das organizações sem fins lucrativos no Brasil**. Disponível em: <http://www.gife.org.br/redegifeonline_noticias.php?codigo=6494&tamanhonetela=3&tipo=ie>. Acessado em 08/06/2008.

PEREIRA, Rogéria. **Terceiro Setor**: Aspectos Relacionados a Elaboração das Demonstrações Contábeis das Fundações Privadas Mantenedoras de Universidades do Estado de Santa Catarina. 2006. Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

PETRI, Nelson. **A Lei 4.320/64 e os Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos**. 1981. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. São Paulo.

PORTARIA N° 24, DE 11 DE OUTUBRO DE 2007. Disponível em <www.mj.gov.br> Acessado em 01/05/2008.

RODRIGUES, Rui Martinho. Pesquisa Acadêmica: **Como Facilitar o Processo de Preparação de suas Etapas**. São Paulo: Atlas, 2007.

SOUZA, Arivaldo. **Relações de Trabalho no Terceiro Setor**. Disponível em <http://www.periodicoedireito.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=271&Itemid=31> Acessado em: 07/06/2008.

TABORDA, Maren Guimarães. O princípio da transparência e o aprofundamento dos caracteres fundamentais do direito administrativo. In: **Revista de Direito Administrativo**. n. 230. p. 254/255. 2006. Editora Renovar.

TINOCO. João Eduardo Prudêncio. Balanço social: balanço da transparência corporativa e da concentração social. In: **Revista Brasileira de Contabilidade** n. 135 p. 62. 2002.

VERÍSSIMO, Dijonilson Paulo Amaral. **A Transparência Como Princípio Da Lei De Responsabilidade Fiscal (LRF)**. Disponível em: <www.mp.rn.gov.br/bibliotecapgj/artigos/artigo15.pdf> Acesso em: 9/6/08.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

10 ANEXOS**ANEXO A – RELAÇÃO OSCIPs DE SC EM MAIO DE 2008**

OSCIPs de SC			
"ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA TURISMO SUSTENTÁVEL" - AECOTURIS	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL SHALOM -SHALOM	FUNDAÇÃO ADOLPHO BÓSIO DE EDUCAÇÃO NO TRANSPORTE - FABET	INSTITUTO KAULI SEADI - IKS
"INSTITUTO BRASILEIRO DE MARKETING E ESTRATÉGIA PÚBLICA" - "IBMEP"	ASSOCIAÇÃO ELO SOCIAL	FUNDAÇÃO FENIX DE APOIO AOS PORTADORES DE INSUFICIÊNCIA DE ÓRGÃOS	INSTITUTO LAGUNENSE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, CULTURAL E AMBIENTAL "JERÔNIMO COELHO"
"INSTITUTO FLORIPA + FUTURO"	ASSOCIAÇÃO ESCOLA OFICINA DA VIDA	FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO SUL - FUNDESUL	INSTITUTO LARRI PASSOS - "INSTITUTO"
"INSTITUTO SELVINO CARAMORI" – INSTITUTO	ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA JEOVÁ RAPHÁ - AFJER	FUNDO MÚTUO GARANTIDOR DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDAF-SC	INSTITUTO LETRA VIVA - LETRA VIVA
AÇÃO CIDADÃ	ASSOCIAÇÃO FLORIPA CAPITAL ECOLÓGICA - ASSOCIAÇÃO	GRUPO CULTURAL SIRI GOIÁ - SIRI GOIÁ	INSTITUTO MÃE TERRA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL E AMBIENTAL
AÇÃO SOCIAL E CIDADÃ	ASSOCIAÇÃO FRANCISCO DE ASSIS DE DEFESA ANIMAL - AFADA	HOLARQUIA - MÍDIA SÓCIO-AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	INSTITUTO MANGUE VIVO - IMAVI
AÇÕES PARA PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO RACIONAL - APRENDER ENTIDADE ECOLÓGICA	ASSOCIAÇÃO MAIS REGIONAL MAIS VIDA - "MAREMAVI"	ICOM - INSTITUTO COMUNITÁRIO GRANDE FLORIANÓPOLIS	INSTITUTO MILLENIUM DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - IMEP
ACREDITE - AGÊNCIA DE CRÉDITO ESPECIAL DO ALTO VALE DO ITAJAÍ	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PISCICULTURA DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - ADEMAVIPI	INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO BLUMENAU SOLIDARIEDADE - ICC -BLUSOL	07699254000199 INSTITUTO NACIONAL AMIGOS DO IDOSO - INAI
ACREVI - AGÊNCIA DE CRÉDITO DO VALE DO ITAPOCU	ASSOCIAÇÃO POMERODENSE DE DEFICIENTES FÍSICOS - APODEF	INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO - CREDISOL	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS, PESQUISAS, ADMINISTRAÇÃO E DAS TECNOLOGIAS EXISTENTES - MARAZUL
ADERE - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ E CAMBORIÚ	ASSOCIAÇÃO PROBSTHAUS - PROBSTHAUS	INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO CREDISOL	INSTITUTO NACIONAL FILANTRÓPICO AMIGOS DA SAÚDE - INFAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA AMUREL -ADRAM	ASSOCIAÇÃO PROJETO RESGATE - PROJETO RESGATE	INSTITUTO ADELINA DEORLEANS FENNER - INSTITUTO FENNER	INSTITUTO NOSSOS OLHOS - INO
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA COSTA ESMERALDA E BALNEÁRIO CAMBORIÚ - ADR-LITORAL	ASSOCIAÇÃO PROTETORA DAS MONTANHAS E ARAUCÁRIAS E SEUS VALORES SOCIAIS, ARTÍSTICOS, ESTÉTICOS, AMBIENTAIS, GEOLÓGICOS, HISTÓRICOS E PAISAGÍSTICOS (APMA)	INSTITUTO AMAR	INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE - "INSTITUTO JOINVILLE"
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO DO PLANALTO NORTE CATARINENSE – ADRPLAN	ASSOCIAÇÃO RONDON BRASIL - RONDON BRASIL	INSTITUTO AMBIENTAL ARACUÃ	INSTITUTO PARQUE DAS NASCENTES - IPAN
AGÊNCIA DO INSTITUTO MUNDIAL PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS - AGÊNCIA IR.WI	ASSOCIAÇÃO SAPIÊNCIA-SAPIÊNCIA	INSTITUTO AMBIENTAL SANTINHO	INSTITUTO PROFICIÊNCIA PARA O FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA E INCENTIVO À PUBLICIZAÇÃO - INSTITUTO PROFICIÊNCIA
AGÊNCIA EMPREENDER	ASSOCIAÇÃO SOLIDÁRIA DE AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DE IMBUIA	INSTITUTO AMBIENTE SUL	INSTITUTO PROFISSIONALIZANTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - IPROTI
AGÊNCIA REGIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO DO PLANALTO NORTE CATARINENSE - ARCO CONTESTADO – AGÊNCIA	ASSOCIAÇÃO SUL AMERICANA DE INVENTORES - INVENTORES SA.	INSTITUTO ANTRÓPOLIS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - INSTITUTO ANTRÓPOLIS	INSTITUTO REAGENTE
ALIANÇA NATIVA	BANCO DE CRÉDITO POPULAR DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - AÇU - BANCRI	INSTITUTO ARCO-ÍRIS - INSTITUTO ARCO-ÍRIS	INSTITUTO SÃO FRANCISCO - INSFRAN
ANJOS DA MELHOR IDADE - AMEI	BANCO DO EMPREENDEDOR	INSTITUTO AVAÍ FUTEBOL CLUBE - INSTITUTO AVA	INSTITUTO SOCIAL DE AMPARO AMOR CRESCENTE - ISAAC
ASSISTÊNCIA MÉDICA ECOLÓGICA - AMEC	BANCO DO PEQUENO EMPREENDEDOR - BAPEM	INSTITUTO BDONI - IB	INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL PÁTRIA VERDE-MATA ATLÂNTICA
ASSOBESIMOR - ASSOCIAÇÃO DE OBESIDADE MÓRBIDA	BEAM - BRASIL ESTRATÉGIAS AMBIENTAIS	INSTITUTO BETO CARRERO	INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL RIO DOS PEIXES - INSTITUTO RIO DOS PEIXES
ASSOCIAÇÃO AÇÃO -	CASA DO	INSTITUTO	INSTITUTO STELA

A.S.A.S	MICROCRÉDITO	BRASILEIRO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DE EVENTOS - IBADE	
ASSOCIAÇÃO AÇÕES SOCIAIS AMIGOS SOLIDÁRIOS - ASAS	CATARINA SANTA S/C - CSSC	INSTITUTO BRASILEIRO DE GERONTOLOGIA - IBGERON	INSTITUTO TECNOLÓGICO E DESENVOLVIMENTO DE SANTA CATARINA - ITESC
ASSOCIAÇÃO ALIANÇA - ASSESSORIA FINANCEIRA DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS - BDP – BANCO DO PAI	CENTRO ARTÍSTICO E CULTURAL - CAC	INSTITUTO BRASILEIRO DE MARKETING ESPORTIVO - IBME	INSTITUTO TREINAR DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA
ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO MEIO AMBIENTE - AMA	CENTRO CULTURAL EGON FREY	INSTITUTO BRASILEIRO DE SANTA CATARINA - IBRASC	INSTITUTO UNDL BRASIL - UNIVERSAL NETWORKING DIGITAL LANGUAGE - UNDLBRASIL
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BRAÇO AMIGO - ABBA	CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PESQUISA DE TECNOLOGIA APLICADA - ORGANIZAÇÕES EV7	INSTITUTO BRASILNOVO	INSTITUTO VIRTUAL DE ESTUDOS AVANÇADOS - VIAS
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PAZ E ESPERANÇA	CENTRO DE ELABORAÇÕES, ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS - CESAP	INSTITUTO CATARINENSE DE CRÉDITO E GESTÃO DE RECURSOS - ICG-SC	KLIMATA - CENTRO DE ESTUDOS AMBIENTAIS
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SUL BRASILEIRA DE AMPARO E PESQUISA À SAÚDE DA FAMÍLIA - ASSOCIAÇÃO À SAÚDE DA FAMÍLIA	CENTRO DE ESTUDO GENÉTICOS DE ESPÉCIES AQUÁTICAS - CEGEA	INSTITUTO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ICADS	NEW WEB - NEWEB
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE APOIO A FAMÍLIA E CULTURA - ABRAFEC ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE APOIO À PUBLICAÇÃO DE OBRAS RARAS E CIENTÍFICAS - EDITORA POLODORO	CENTRO DE FORMAÇÃO DE APOIO PROFISSIONAL LEONARDO DA VINCI - CEFAP/UNIASSELVI	INSTITUTO CATARINENSE DO MEIO AMBIENTE - ICATAMA	NÚCLEO DE RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DE VIDAS - "NURREVI"
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PORTADORES DE CÂNCER - AMUCC	CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL LUZ DE ORION	INSTITUTO DA FAMÍLIA - INFAM	NÚCLEO MACACOPREGO DE VIVÊNCIAS AMBIENTAIS E CULTURAIS
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CIDADÃOS ATINGIDOS	CENTRO DE REFERÊNCIAS EM CIDADANIA, ÉTICA E RESPONSABILIDADE -	INSTITUTO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL - IASA	ONG PROJETO BARRASUL

PELO DESEMPREGO - ACAD	CRESCER		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA - BANCO DA FAMÍLIA	CENTRO EDUCACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO RAIZ - CEDAR	INSTITUTO DE APOIO A ESCOLA CATARINENSE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - IACAP	ONG VIDA MARINHA
ASSOCIAÇÃO BROTO E CRESCER - ABC	CLUBE DE OBSERVADORES DE AVES DO VALE EUROPEU- COAVE	INSTITUTO DE APOIO A SAÚDE DO VALE NORTE DO ITAJAÍ - IASI	OPAN - ORGANIZAÇÃO PROTETORA DAS ÁGUAS NASCENTES
ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE PLANTAS MEDICINAIS -ACPM	CLUBE FILATÉLICO MAÇÔNICO DO BRASIL	INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO, ESTUDOS E CONSULTORIA - INSTITUTO PRIMEIRO PLANO	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - OCIPMAI
ASSOCIAÇÃO CIVIL DESIGN CATARINA - DESIGN CATARINA	COMITÊ FOME ZERO JOINVILLE - FOME ZERO JOINVILLE	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS - IDDH	ORGANIZAÇÃO DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO CREDICONFIANÇA - CREDICONFIANÇA
ASSOCIAÇÃO CIVIL PÁTRIA BRASIL - "PÁTRIA BRASIL"	COMITÊ SUL BRASILEIRO DE QUALIDADE DOS COMBUSTÍVEIS - CSQC	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, ECONÔMICO E SOCIAL DO BRASIL - IDHESB	ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO - ODH
ASSOCIAÇÃO CORAL DE ARARANGUÁ-ACA	COMITÊ SUL BRASILEIRO DE SEGURANÇA SÓCIOAMBIENTAL - EKOS	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA - INDESSC	ORPOLI - ORGANIZAÇÃO PORTAL DA LIBERDADE
ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE MAFRA	COOPERA BRASIL - CENTRO DE JOGOS COOPERATIVOS	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IDESC	PLANORTE - SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICRO EMPREENDEDOR DO PLANALTO NORTE - PLANORTE
ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE INDIAIAL	CORAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS - IEA	PROFOMENTO AGÊNCIA DE CRÉDITO ESPECIAL
ASSOCIAÇÃO DA COMPANHIA TEATRAL CENARETA - CENARETA	CRECERTO - AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE	INSTITUTO DE ESTUDOS DE FORMAÇÃO E EMPREENDEDORES - EFE	PROJETO CABORÉ
ASSOCIAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS PELA INFÂNCIA SAUDÁVEL -AVISA	CREDIAMAI - AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO	INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS CELSO RAMOS - ICR	PROJETO ESPAÇO ALTERNATIVO DE BENEDITO NOVO - PEALBN
ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE CAMPO ERÊ	CREDIOESTE	INSTITUTO DE GERAÇÃO DE TECNOLOGIAS DO CONHECIMENTO - IGETECON	REDE DE LABORATÓRIOS CLÍNICOS DE SANTA CATARINA - REDE
ASSOCIAÇÃO DE	CREDIVALE -	INSTITUTO DE	REDE METROLÓGICA

ATENDIMENTO E INTEGRAÇÃO A CRIANÇA DEFICIENTE VISUAL DE 0 A 12 ANOS, MANUELLA BASTOS SILVA - AAMABAS	AGÊNCIA METROPOLITANA DE MICRO CRÉDITO	GOVERNO ELETRÔNICO, INTELIGÊNCIA JURÍDICA E SISTEMAS - IJURIS	DE SANTA CATARINA - RMSC
ASSOCIAÇÃO DE CLUBES DE MÃES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - CLUBE DE MÃES	DESAFIO JOVEM DE CRICIÚMA - DJC	INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECOLÓGICO - IPÊ	SAGA - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO COMUNIDADE DO FUTURO	DESAFIO JOVEM ENCONTRO COM DEUS	INSTITUTO DE PRESERVAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL DA BACIA DO RIO RATONES - INSTITUTO AMBIENTAL RATONES - IAR	SISTEMA BRASILEIRO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS E URBANOS - SBTRIU
ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO DO NORTE NORDESTE DE SANTA CATARINA – CASA DO EMPREENDEDOR	DIRETRIZ PRÓ-CIDADANIA	INSTITUTO DEHONIANO INTEGRADO DOS AMIGOS DA ANTENA – INSTITUTO AMEA	SOCIAG - SOCIEDADE DE INTEGRAÇÃO AMBIENTAL ÁLVARO GAYOSO
ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DA CIDADANIA DA REGIÃO DA AMREC - ADECON/SC	ECO - PLANALTO NORTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ECOPLANORESC	INSTITUTO DR.HERMANN BLUMENAU - IDHB	SOCIEDADE ASSISTENCIAL VALE DO CANOINHAS
ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL - AIA	EKKO BRASIL	INSTITUTO DUAL DE EDUCAÇÃO - INSTITUTO	TOC PARA CRIANÇAS - TOC
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RUA FRITZ KOEGLER E ADJACÊNCIAS - AMFRIKA	ENTIDADE DE PRÁTICA DESPORTIVA, CULTURAL E COMUNITÁRIA DE AÇÃO SOCIAL BLUMENAU - SOCIAL BLUMENAU	INSTITUTO ECOEMPREENDEDOR PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL - I.E.S.A	UNIÃO NACIONAL DE APOIO AO SERVIDOR PÚBLICO - UNASP
ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - APREMAVI	EQUIPE CO-GESTORA DO PARQUE ESTADUAL FRITZ PLAUMANN - ECOPEF	INSTITUTO ENGEVIX	UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE DE JOINVILLE - ULJ
ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA, APIÚNA E RODEIO - ASSOCIAÇÃO	ESCOLA DE CÃES E GUIAS HELEN KELLER - ECG-HK	INSTITUTO EVOLUIR - EVOLUIR	VIDA VERDE AMBIENTAL EMPREENDIMENTOS
ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES DE SAÚDE DE POMERODE (SC) - AASPO	ESCOLA DE PAIS DO BRASIL - SECCIONAL DE FLORIANÓPOLIS	INSTITUTO EXITUS DE DESENVOLVIMENTO E FOMENTO AO TERCEIRO	-

		SETOR - INSTITUTO EXITUS	
ASSOCIAÇÃO DOS INTEGRANTES DO FÓRUM MUNICIPAL PELO FIM DA VIOLÊNCIA E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL	EXTREMO OESTE AGÊNCIA DE CRÉDITO - EXTRACREDI	INSTITUTO FESTIVAL DE INVERNO - FESTINVER	-
ASSOCIAÇÃO DOS PACIENTES RENAIAS DE SANTA CATARINA - APAR	FAZENDO A DIFERENÇA - GRUPO GAY DE BLUMENAU PELA LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL	INSTITUTO HARMONIA NA TERRA	-
ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA JOINVILLENSE - VIDA VERDE	FLORIANÓPOLIS NO FUTURO COM VIDA 21 -FFVIDA21	INSTITUTO HOLOS DE QUALIDADE	-

ANEXO B**RELATÓRIOS CONTÁBEIS - AMUCC**

Disponível em: <www.amucc.com.br>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PORTADORES DE CÂNCER - AMUCC
CNPJ 04.124.807/0001-97


BALANÇO PATRIMONIAL EM

ATIVO	31.12.2005	31.12.2004
CIRCULANTE	1.751,47	10.447,24
DISPONIBILIDADES	1.751,47	10.447,24
Caixa	591,46	50,00
Bancos conta Movimento	1160,01	10.397,24
ATIVO PERMANENTE	5.195,48	5.772,80
IMOBILIZADO	5.195,48	5.772,80
Bens em Uso	5.772,80	5.772,80
Depreciação Acumulada	(577,32)	-
TOTAL DO ATIVO	6.946,95	16.220,04

PASSIVO	31.12.2005	31.12.2004
CIRCULANTE	33,24	719,76
Obrigações Trabalhistas	-	369,40
Obrigações Sociais	12,00	321,60
Obrigações Tributárias	21,24	28,76
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	8,70	-
Crédito de Pessoas Ligadas	8,70	-
PATRIMÔNIO SOCIAL	6.905,01	15.500,28
Superávits Acumulados	7.482,33	15.500,28
Investimentos do Ativo Permanente	(577,32)	-
TOTAL DO PASSIVO	6.946,95	16.220,04


Leoni Margarida Simm
Presidente

Florianópolis - SC, 31 de dezembro de 2005.


Silvana Isabel Buss
Contadora CRC/SC 20.923/O-9
CPF 014.933.059-64

ANEXO C**RELATÓRIOS CONTÁBEIS - BANCO DA FAMÍLIA**

Disponível em: <www.bancodafamilia.org.br>

ANEXO D**RELATÓRIOS CONTÁBEIS - BANCRI**

Disponível em: <www.bancri.org.br>

Banco de Crédito popular da Foz do Rio Itajaí – Açú - Bancrri

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31/12 DE 2006, 2005 e 2004

ATIVO			
ATIVO	31/12/2006 - R\$	31/12/2005 - R\$	31/12/2004 - R\$
CIRCULANTE	4.760.422,97	4.153.197,51	3.550.318,71
Disponibilidades	839.961,48	406.394,96	411.147,45
Caixa	115,59	342,39	1.198,08
Depósitos Bancários	38.759,75	24.988,79	22.656,95
Aplicações de Liquidez Imediata	801.086,14	381.063,78	387.292,42
Contratos a Receber	3.728.133,30	3.436.629,85	3.023.062,10
Créditos a Receber	3.778.093,52	3.683.941,97	3.226.088,54
(-) Rendas a Apropriar	-49.960,22	-140.122,92	-203.026,44
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	0,00	-107.189,20	0,00
Outros Créditos	192.328,19	310.172,70	116.109,16
Cheques em Cobrança	82.779,16	28.428,48	27.420,50
Consignações	20.056,28	2.672,53	3.218,53
Operações de Desconto	89.492,75	279.071,69	85.470,13
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	36.764,13	36.764,13	36.764,13
Créditos a Receber	36.764,13	36.764,13	36.764,13
PERMANENTE	103.553,62	93.753,94	31.394,78
Imobilização de Uso			
Bens em Operação	146.611,80	121.915,80	41.579,22
(-) Depreciações	-43.058,18	-28.161,86	-11.055,41
Diferido	0,00	0,00	7.500,00
(-) Amortizações	0,00	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO	4.900.740,72	4.283.715,58	3.618.477,62

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31/12 DE 2006, 2005 e 2004

PASSIVO

PASSIVO	31/12/2006 - R\$	31/12/2005 - R\$	31/12/2004 - R\$
CIRCULANTE	325.252,52	346.942,18	328.429,35
Bancos	311.891,92	329.236,28	322.911,36
Empréstimos Contratados	311.891,92	329.236,28	322.911,36
Outras Obrigações	13.360,60	17.705,90	5.517,99
Provisões, Férias e Encargos	13.360,60	17.705,90	5.517,99
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	769.878,41	974.198,44	1.167.709,59
Empréstimos Contratados	769.878,41	974.198,44	1.167.709,59
PATRIMÔNIO SOCIAL	3.805.609,79	2.962.574,96	2.122.338,68
Patrimônio Social	87.117,14	87.117,14	87.117,14
Patrimônio Social	87.117,14	87.117,14	87.117,14
Reservas	3.718.492,65	2.875.457,82	2.035.221,54
Reservas Legais	2.875.457,82	2.035.221,54	1.427.199,42
Superávit do Exercício	843.034,83	840.236,28	608.022,12
TOTAL DO PASSIVO	4.900.740,72	4.283.715,58	3.618.477,62

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12 DE 2006, 2005 e 2004

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	31/12/2006 - R\$	31/12/2005 - R\$	31/12/2004 - R\$
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.545.665,42	1.492.165,51	1.144.822,27
Receitas de Operações de Crédito	1.545.665,42	1.492.165,51	1.144.822,27
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.545.665,42	1.492.165,51	1.144.822,27
DESPESA OPERACIONAL	702.630,59	651.929,23	536.800,15
Perdas Incobráveis	36.976,16	115.785,42	28.038,76
Despesas Administrativas	676.180,80	513.325,65	461.668,90
Resultado Financeiro Líquido	7.959,35	45.844,42	47.092,49
(-) Recuperação das Perdas	-18.485,72	-23.026,26	0,00
RESULTADO DO PERÍODO	843.034,83	840.236,28	608.022,12

ANEXO E
RELATÓRIOS CONTÁBEIS - BLUSOL
Disponível em: <www.blusol.org.br>

INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO BLUMENAU – SOLIDARIEDADE - “ICC
– BLUSOL”
CNPJ Nº 02.145.793/0001-62
Blumenau - SC

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2007 E 2006.

Valores expressos em Reais.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO BLUMENAU - SOLIDARIEDADE “ICC - BLUSOL”, tem por objeto social a concessão de créditos à pessoas físicas e jurídicas de pequeno porte, para a sua criação, seu crescimento e sua consolidação. A partir do ano de 2002 essa entidade foi qualificada e certificada de OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da lei 9790/99, ficando inclusive declarada de utilidade pública estadual, nos termos da lei 12.272/02.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária, as Normas Brasileiras de Contabilidade, e em observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Instituição observa o regime de competência para o registro de suas transações, combinado ainda com os seguintes aspectos:

a) As aplicações financeiras de liquidez imediata e os títulos e valores mobiliários estão representados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

b) Os créditos operacionais por empréstimos de capital de giro e de capital fixo, estão demonstrados pelo custo acrescidos dos encargos financeiros pré-fixados. Foi constituída provisão para perdas prováveis na realização, com base na análise da administração, no montante de R\$ 230.272 (2006 – R\$ 128.520)..

c) Os bens e direitos do ativo permanente estão contabilizados ao custo de aquisição. As depreciações do imobilizado foram efetuadas pelo método linear, com bases em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos mesmos, sendo: móveis e utensílios e instalações - 10%, equipamentos de processamento de dados - 20% e benfeitorias 4%. Os gastos apropriados no ativo diferido estão sendo amortizados também pelo método linear, considerando-se a vida útil econômica dos mesmos, sendo: sistemas de computação 20%.

d) Os encargos trabalhistas, conhecidos e/ou passíveis de apuração, estão sendo contabilizados de acordo com a sua competência.

e) Resultado de exercícios futuros – representam os encargos financeiros de empréstimos concedidos, ainda não incorridos, reconhecidos como créditos no Ativo Circulante.

4. CRÉDITOS OPERACIONAIS - EMPRÉSTIMOS

O montante de créditos operacionais, corresponde a empréstimos concedidos para as seguintes finalidades:

	Capital Giro		Capital Fixo		Capital Misto	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Pessoas Físicas da Indústria	645.831	586.275	451.953	380.129	12.361	15.815
Pessoas Físicas do Comércio	900.943	868.706	677.767	742.413	19.337	5.176
Pessoas Físicas Prestadores de Serviços	738.949	660.571	3.173.589	2.839.647	73.925	37.586
Pessoas Jurídicas da Indústria	389.116	315.228	278.293	360.467		
Pessoas Jurídicas do Comércio	407.874	399.686	240.642	258.634		
Pessoas Jurídicas Prestadores de Serviços	338.790	327.670	822.058	930.047	20.777	16.369
	3.421.504	3.158.136	5.644.301	5.511.337	126.400	74.946

5. ATIVO PERMANENTE

O ativo permanente da Instituição está assim composto:

5.1. Investimentos – referem-se a participações em outras empresas.

5.2. Imobilizado:

a) Demonstrativo de custos de aquisição, depreciação acumulada e valor líquido.

				2007	2006
	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10%	136.009	(47.810)	88.199	57.819
Instalações	10%	38.574	(15.076)	23.498	13.870
Equipamentos de processam. de dados	20%	205.511	(145.120)	60.391	65.097
Benfeitorias	4%	75.150	(6.256)	68.894	49.828
Marcas e patentes		2.850	0	2.850	1.975
TOTAL		458.094	(214.262)	243.832	188.589

b) Reconciliação do valor contábil no início e no fim do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007.

	Saldo Inicial	Adições	Baixas Liquidadas	Transfências	Depreciações	Saldo Final
Móveis e utensílios	57.819	53.523		(12.529)	(10.614)	88.199
Instalações	13.870	1.519		11.180	(3.071)	23.498
Equipamentos de processam. de dados	65.097	24.126	(561)	1.349	(29.620)	60.391
Benfeitorias	49.828	21.520			(2.455)	68.894
Marcas e patentes	1.975	875				2.850
TOTAL	188.589	101.563	(561)	0	(45.760)	243.832

5.3. Diferido:

a) Demonstrativo dos gastos apropriados, amortização acumulada e valor líquido.

				2007	2006
	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Sistema de Computação	20%	93.971	81.326	12.645	17.439
TOTAL		93.971	81.326	12.645	17.439

b) Reconciliação do valor contábil no início e no fim do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007.

	Saldo Inicial	Adições	Amortizações	Saldo Final
Sistemas de Computação	17.439		(4.794)	12.645
TOTAL	17.439		(4.794)	12.645

6. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Os encargos financeiros pré-fixados diferidos, correspondentes a R\$ 1.267.086 - (2006 – R\$ 1.276.443), referem-se a empréstimos concedidos para as finalidades “giro”, “fixo” e “misto”, com vencimento das parcelas a receber até dezembro do exercício seguinte.

7. CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DE LONGO PRAZO (EMPRÉSTIMOS)

Credor	Vencimento Final	% de Encargos	Em Reais	
			2007	2006
B.N.D.E.S.	Novembro/2011	T.J.L.P. + 1,5%	3.360.722	2.940.772
BADESC	Julho/2014	TJLP + 2% ^{aaa}	1.366.380	1.571.986
Sub-Total			4.727.102	4.512.758
(Menos): Parcelas a pagar de curto prazo			(1.559.850)	(647.352)
Saldo de empréstimos de longo prazo			3.167.252	3.865.406

8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

8.1. COFINS

Em 16 de novembro de 2000 a Instituição ingressou com ação de Mandado de Segurança, através da Justiça Federal, contra o Delegado da Receita Federal de Blumenau, entendendo que as receitas próprias da atividade são isentas da COFINS. Adicionalmente a esse fato a Entidade tomou as seguintes medidas: a) no período de fevereiro a novembro de 1999 a empresa provisionou o principal, no montante de R\$. 17.059; b) a Entidade pagou COFINS correspondente ao período de dezembro de 1999 a outubro de 2000, no montante de R\$.20.836; c) a partir de novembro de 2000 o valor correspondente a alíquota de 3% sobre as receitas próprias está sendo depositado judicialmente. O montante dos depósitos judiciais em 31 de Dezembro de 2007 é de R\$ 561.888 (2006 R\$ 441.604)..

8.2. PIS

A Instituição, com base em argumentos jurídicos, entende que está sujeita ao pagamento do PIS com base em 1% da folha de pagamento, não se enquadrando, portanto, no pagamento do PIS sobre as receitas brutas.

Todavia, visando resguardar a administração, está provisionando contabilmente a parte do tributo calculado sobre o montante das receitas brutas que ultrapassa ao calculado sobre a folha de pagamento, cujo montante acumulado, de principal, em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 87.547 (2006 R\$ 70.131).

8.3. ENCARGOS DE MORA – PIS/COFINS

Os encargos de mora incorridos e não provisionados contabilmente são os seguintes: a) Referente COFINS - R\$ 26.721 (2006 – R\$ 24.777), cujo efeito no resultado é de R\$ 1.944 (2006 – R\$ 2.493); b) Referente PIS - R\$ 57.502 (2006 – R\$ 45.132), cujo efeito no **resultado** é de R\$ 12.370 (2006 – R\$ 11.659).

9. PATRIMÔNIO SOCIAL

Conforme demonstração das mutações do patrimônio social, a Entidade possui em 31 de dezembro de 2007 um patrimônio social de R\$ 5.229.595 (2005 – R\$ 4.313.406).

10.COBERTURA DE SEGUROS

A política de seguros obedece às orientações técnicas de especialistas e de conformidade com o grau de risco envolvido. Os seguros estão contratados com vigência até 15 de agosto de 2008.

Blumenau SC, 06 de fevereiro de 2008.

CLÁUDIO GIOVANI PEIXER	AMADEU TRENTINI
Presidente	Diretor Executivo
ARNO PITZ	EDILSON WILVERT
Contador CRC N° SC-007.816/O-3	Diretor Administrativo Financeiro

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 e 2006

<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>2.007</u>	<u>2.006</u>
CIRCULANTE			
Caixa e bancos		310.239	240.932
Aplicações financeiras de liquidez imediata		2.119.447	1.376.247
Créditos operacionais - empréstimos	4	9.192.204	8.744.419
(-) Provisão para perdas prováveis na realização		(230.272)	(128.520)
Outras contas a receber		60.320	57.539
Total do Ativo Circulante		<u>11.451.937</u>	<u>10.290.617</u>
NAO CIRCULANTE			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos Judiciais - Trabalhistas		4.994	
Depósitos judiciais - COFINS	8.1	<u>561.888</u>	<u>441.604</u>
Total do Ativo Realizável a Longo Prazo		<u>566.882</u>	<u>441.604</u>
PERMANENTE			
Investimentos		839	839
Imobilizado	5.2	<u>243.832</u>	<u>188.589</u>
Diferido	5.3	<u>12.645</u>	<u>17.439</u>
Total do Ativo Permanente		<u>257.316</u>	<u>206.867</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>12.276.135</u></u>	<u><u>10.939.088</u></u>

<u>PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO</u>	<u>Notas</u>	<u>2.007</u>	<u>2.006</u>
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	7	1.559.850	647.352
Salários e encargos sociais		292.815	233.718
Obrigações tributárias		105.361	87.767
Contas a pagar		53.881	35.546
Total do Passivo Circulante		<u>2.011.906</u>	<u>1.004.383</u>
NAO CIRCULANTE			
EXIGIVEL A LONGO PRAZO			
Empréstimos e financiamentos	7	3.167.252	3.865.406
Obrigações tributárias sub-júdice	8	572.297	451.450
Obrigações cíveis e trabalhistas		28.000	28.000
Total do Exigível a Longo Prazo		<u>3.767.548</u>	<u>4.344.856</u>
RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS			
Juros a receber de créditos operacionais	6	1.267.086	1.276.443
Total de Resultado de Exercícios Futuros		<u>1.267.086</u>	<u>1.276.443</u>
PATRIMONIO SOCIAL			
Patrimônio social	9	5.229.595	4.313.406
Total do Patrimônio social		<u>5.229.595</u>	<u>4.313.406</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u><u>12.276.135</u></u>	<u><u>10.939.088</u></u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

	2.007	2.006
RECEITA BRUTA		
Rendimentos sobre empréstimos	3.598.309	3.128.563
Receitas financeiras	406.946	313.233
Receitas com taxa de renegociação e outras	23.742	18.355
Outras Receitas Operacionais	62.376	-
	<u>4.091.372</u>	<u>3.460.152</u>
(-) Impostos sobre a Receita	(147.188)	(126.324)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	<u>3.944.185</u>	<u>3.333.827</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		
Com pessoal	(1.517.619)	(1.327.705)
Gerais e administrativas	(1.127.084)	(1.098.906)
Financeiras	(432.731)	(356.799)
	<u>(3.077.435)</u>	<u>(2.783.410)</u>
RESULTADO OPERACIONAL	<u>866.750</u>	<u>550.418</u>
RESULTADO NAO OPERACIONAL - Perdas líquidas	(561)	(651)
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	<u>866.189</u>	<u>549.767</u>

ANEXO F**RELATÓRIOS CONTÁBEIS – CASA DO EMPREENDEDOR**

Disponível em: <www.casadoempreendedor.com.br>

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO DO NORTE NORDESTE DE SANTA CATARINA - CASA DO EMPREENDEDOR

Demonstração do Resultado do Exercício 2003

(+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.026.805
Receita Empréstimos	1.026.680
Venda Bens Tomados em Garantia	125
(+) RECEITAS FINANCEIRAS	1.66.031
Juros e Multas Recebidas	63.417
Rendimentos e Aplicações Financeiras	102.614
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	18.434
Cofins e Cofins s/ Rendimentos Aplicações Financeiras	1.680
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte s/ rend. aplic. financ.	16.754
(=) RECEITA LÍQUIDA	1.174.402
(-) DESPESAS OPERACIONAIS TOTAIS	852.548
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	600.546
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	7.456
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	244.549
(=) SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	321.854

Balanço Auditado p/ Martineli Auditores Independentes S/C Ltda em 22/05/2003

Balanço Aprovado p/ Conselho Fiscal e Administração em 26/05/2003, Assembleia Geral em 14/07/2003

Exercício 2002

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
Disponibilidades	582.761	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.831
Caixa e Bancos	136.134	Obrigações Tributárias	3.372
Aplicações de liquidez imediata	446.627	Salários a pagar	8.041
		Provisões p/ Férias e enc. sociais	18.446
Clientes	3.414.184		
Clientes a Receber	3.585.644		
(-)Provisão p/ Créd. Liq. Duvidosa	171.460		
Outros Créditos	564		
Cheques em cobrança	1.001		
(-)Provisão p/ Créd. Liq. Duvidosa	437		
Adiantamentos	2.705		
Mercadorias em Consignação	2.447		
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	4.002.661	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	43.690
Permanente		Exigível a Longo Prazo	3.249.462
Imobilizado	22.873	Aportes BADESC	3.249.462
Bens em Operação	29.576		
(-) Depreciação Acumulada	6.703	Patrimônio Social	732.382
		Superávit Acumulado	410.528
TOTAL DO PERMANENTE	22.873	Superávit Patrimonial do exercício	321.854

ANEXO G**RELATÓRIOS CONTÁBEIS – CASA DO MICROCRÉDITO**

Disponível em: <www.casamicrocredito.com.br>




PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

**Ilmos. Srs. (as).
Administradores e Conselheiros da
CASA DO MICROCRÉDITO
Tubarão – SC**

- 1) Examinamos o balanço patrimonial da **CASA DO MICROCRÉDITO**, levantado em 31 de dezembro de 2007, as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da instituição; (b) a constatação, com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da instituição, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, lidas em conjunto com as notas explicativas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CASA DO MICROCRÉDITO** em 31 de dezembro de 2007, bem como o superávit de suas atividades, as mutações de seu patrimônio social e as origens e aplicações de seus recursos, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4) As demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, com parecer firmado na data de 07 de fevereiro de 2007.

Criciúma, 23 de janeiro de 2008.

**MÜLLER AUDITORES INDEPENDENTES S/S
-CRICIÚMA
CRC/SC-006351/O**


**JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)

A T I V O

	2007	2006
CIRCULANTE	4.067.598,00	3.761.337,00
DISPONIBILIDADES	925.903,00	821.050,00
Bancos	242.501,00	214.533,00
Aplicações financeiras	630.306,00	606.517,00
Reserva técnica	53.096,00	
DIREITOS REALIZÁVEIS	3.141.695,00	2.940.287,00
Operações - programa de crédito	3.320.295,00	3.042.654,00
(-) Provisão para devedores duvidosos	(192.386,00)	(115.309,00)
Outros ativos	13.786,00	12.942,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	771.669,00	991.077,00
Operações - programa de crédito	738.235,00	964.077,00
Outros ativos	33.434,00	27.000,00
PERMANENTE	32.879,00	34.531,00
IMOBILIZADO	32.879,00	34.531,00
Móveis e utensílios	22.176,00	20.000,00
Máquinas e equipamentos	1.777,00	1.777,00
Equipamentos de informática	50.104,00	45.657,00
Marcas e patentes	810,00	0,00
(-) Depreciação acumulada	(41.988,00)	(32.903,00)
TOTAL DO ATIVO	4.872.146,00	4.786.945,00

CASA DO MICROCRÉDITO**Tubarão - SC****BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO**
(Valores expressos em Reais)**P A S S I V O**

	2007	2006
CIRCULANTE	760.998,00	364.182,00
Instituições financeiras	693.656,00	304.566,00
Fornecedores	20.448,00	4.634,00
Salários e ordenados a pagar	22.245,00	14.241,00
Impostos e contribuições	3.726,00	9.658,00
Provisões e encargos	20.923,00	28.136,00
Outras contas a pagar	0,00	2.947,00
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.807.406,00	2.519.750,00
Instituições financeiras	1.807.406,00	2.519.750,00
PATRIMÔNIO SOCIAL	2.303.742,00	1.903.013,00
Patrimônio social	1.902,00	1.902,00
Superávits acumulados	2.301.840,00	1.901.111,00
TOTAL DO PASSIVO	4.872.146,00	4.786.945,00

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


CASA DO MICROCRÉDITO

Tubarão - SC

DEMONSTRAÇÕES DO SUPERÁVIT PARA OS EXERCÍCIOS
(Valores expressos em Reais)

	Período	
	01/jan/07 a 31/dez/07	01/jan/06 a 31/dez/06
RECEITA OPERACIONAL	1.407.512,00	1.221.725,00
Receitas com programas de créditos	1.407.512,00	1.221.725,00
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(118.584,00)	(75.210,00)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.288.928,00	1.146.515,00
Juros sobre empréstimos	(188.075,00)	(203.042,00)
SUPERÁVIT BRUTO	1.100.853,00	943.473,00
DESPESAS OPERACIONAIS	(803.765,00)	(822.862,00)
Despesas administrativas	(687.565,00)	(573.647,00)
Despesas tributárias	(39.122,00)	(53.919,00)
Despesas comerciais	(77.078,00)	(195.296,00)
RESULTADO FINANCEIRO	3.644,00	186.901,00
Receitas financeiras	168.973,00	211.232,00
Despesas financeiras	(165.329,00)	(24.331,00)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	99.997,00	36.502,00
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	400.729,00	344.014,00

Tubarão - SC

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)**

EVENTOS	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVITS ACUMULADOS	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2005	1.902,00	1.557.097,00	1.558.999,00
Superávit do exercício		344.014,00	344.014,00
Saldo em 31 de dezembro de 2006	1.902,00	1.901.111,00	1.903.013,00
Superávit do exercício		400.729,00	400.729,00
Saldo em 31 de dezembro de 2007	1.902,00	2.301.840,00	2.303.742,00

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



CASA DO MICROCRÉDITO

Tubarão - SC

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
(Valores expressos em Reais)

	Período	
	01/jan/07 a 31/dez/07	01/jan/06 a 31/dez/06
ORIGEM DE RECURSOS	482.720,00	1.176.673,00
Superávit do exercício	400.729,00	344.014,00
Depreciação do período	9.085,00	8.968,00
Redução do realizável a longo prazo	72.906,00	0,00
Aumento do exigível a longo prazo	0,00	823.691,00
APLICAÇÃO DE RECURSOS	719.777,00	463.918,00
Aumento do realizável a longo prazo	0,00	454.327,00
Aplicações no permanente	7.433,00	9.591,00
Redução do exigível a longo prazo	712.344,00	0,00
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(237.057,00)	712.755,00
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
ATIVO CIRCULANTE	159.759,00	743.162,00
No início do exercício	3.761.337,00	3.018.175,00
No fim do exercício	3.921.096,00	3.761.337,00
PASSIVO CIRCULANTE	396.816,00	30.407,00
No início do exercício	364.182,00	333.775,00
No fim do exercício	760.998,00	364.182,00
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(237.057,00)	712.755,00

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CASA DO MICROCRÉDITO**Tubarão - SC****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO****(Em reais)****NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL**

A CASA DO MICROCRÉDITO é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) nos termos da lei n.º 9.790/99, e tem por finalidade promover o desenvolvimento econômico e social, através da concessão de crédito por modelo alternativo. Visa a criação, o crescimento e a consolidação de empreendimentos de micro e pequeno porte, sob a forma de pessoas físicas ou jurídicas, dirigidos as pessoas de baixa renda e tem como área de atuação a microrregião AMUREL – Associação dos Municípios da Região de Laguna.

NOTA 02 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das práticas contábeis emanadas da Lei 6.404 de 15 de Dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), em conjunto com a Resolução CFC N.º 926/01, adaptadas às peculiaridades das Entidades sem Fins Lucrativos.

NOTA 03 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**A) ATIVOS CIRCULANTES E A LONGO PRAZO**

Os ativos circulantes e a longo prazo, são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, e, sobre as aplicações financeiras são reconhecidos os rendimentos pro rata temporis.

B) OPERAÇÕES – PROGRAMA DE CRÉDITO

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquido dos juros a receber.

C) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída com base nos créditos vencidos, aplicando-se os seguintes percentuais:

Vencidos	% Provisão
01 a 30 dias	0,5 %
31 a 60 dias	1,5 %
61 a 90 dias	5 %
91 a 120 dias	15 %
121 a 180 dias	35 %
Acima de 181 dias	50 %

Tais registros têm contrapartida no resultado, especificamente na rubrica “despesas comerciais – provisão para créditos de liquidação duvidosa”.

D) ATIVO PERMANENTE

Os bens do imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição, sendo depreciados com base no método linear, às seguintes taxas:

Conta	Depreciação %
Móveis e utensílios	10,00 a.a.
Máquinas e equipamentos	10,00 a.a.
Equipamentos de informática	20,00 a.a.

E) PASSIVO CIRCULANTE E A LONGO PRAZO

Demonstrado por valores conhecidos e calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações e correção monetária.

F) APURAÇÃO DO SUPERÁVIT

As receitas e as despesas decorrentes das atividades da entidade foram apropriadas de acordo com o regime de competência, sendo observado o princípio da realização da receita e de confrontação das despesas.

G) ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

Por ser constituída e desenvolver suas atividades como instituição de direito privado sem fins lucrativos, prestando exclusivamente os serviços para os quais foi constituída, a entidade possui isenção do IRPJ e do recolhimento das Contribuições Sociais, conforme artigo n.º 174 do Decreto 3.000/99 e artigo n.º 15 da Lei n.º 9.532/97.

NOTA 04 OPERAÇÕES – PROGRAMA DE CRÉDITO

Apresenta os valores a receber decorrentes de linhas de microcrédito concedidas aos beneficiários, com taxa básica de juros de 3,60% ao mês em média, nas modalidades de capital fixo, giro ou misto recebíveis.



Descrição	31/12/2007		31/12/2006	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Cientes de microcrédito	2.891.243,00	727.979,00	3.182.289,00	1.142.581,00
(-) Juros a receber microcrédito	(631.631,00)	(107.827,00)	(712.097,00)	(227.777,00)
Cientes de recebíveis	840.696,00	-	389.282,00	-
(-) Juros a receber recebíveis	(38.147,00)	-	(12.486,00)	-
Cientes fundo próprio	320.636,00	156.760,00	238.791,00	56.215,00
(-) Juros a receber fundo próprio	(62.502,00)	(38.677,00)	(43.125,00)	(6.942,00)
Total	3.320.295,00	738.235,00	3.042.654,00	964.077,00

As garantias são compostas por avais de terceiros em sua maioria, ou alienações fiduciárias quando se trata de veículos utilitários.

NOTA 05 OUTROS ATIVOS

Valores referentes a outras contas a receber, como segue:

Descrição	2007		2006	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Adiantamentos	1.196,00	-	3.323,00	-
Cheque em cobrança	8.264,00	-	9.619,00	-
Estoques	4.326,00	-	-	-
Bens de não uso	-	33.434,00	-	27.000,00
Total	13.786,00	33.434,00	12.942,00	27.000,00

NOTA 06 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Representam os valores nominais a vencer dos contratos de empréstimos e financiamentos contraídos com o BADESC e BNDES, com vencimentos em 2011 e 2014, atualizados pela unidade de referencia básica na variação da TJLP (URTJLP), divulgada diariamente pelo BNDES.

Instituição	Contrato	Vencimento	Atualização	2007		2006	
				Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
BNDES	05.2.1063.1	15/01/2011	TJLP	352.986,00	763.298,00	17.295,00	1.095.166,00
BADESC	010249-00-1	15/06/2011	TJLP	74.484,00	184.734,00	56.084,00	276.097,00
BADESC	012886-00-9	15/10/2011	TJLP	76.980,00	219.893,00	77.558,00	292.128,00
BADESC	013087-00-2	15/12/2011	TJLP	146.019,00	434.091,00	110.012,00	612.734,00
BADESC	031381-00-6	15/01/2014	TJLP	43.187,00	205.390,00	43.617,00	243.625,00
Total				693.656,00	1.807.406,00	304.566,00	2.519.750,00

As garantias dos contratos celebrados são constituídas por um fundo destinado a cobertura de inadimplimento, mediante a retenção de quantia equivalente a 1,00% de cada pagamento de principal e/ou encargos efetuados pelo beneficiário, limitado este valor a 15,00% do montante de recursos liberados ou por nota promissória, e outorga em favor das instituições financeiras.



NOTA 07 PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social, no montante de R\$ 1.902,00, decorre de doações de bens realizadas em favor da entidade.

Em caso de extinção da entidade, seu patrimônio deverá ser revertido para outra entidade congênere sem fins lucrativos ou econômicos, com o mesmo objeto social, qualificada nos termos da Lei n.º 9.790/99.

NOTA 08 COBERTURA DE SEGUROS


A entidade mantém contratados seguros sobre seus bens, por valores julgados suficientes para cobertura de eventuais sinistros.

NOTA 09 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2007, a instituição não tinha qualquer contrato de troca de índices (swaps) ou que envolvessem operações com derivativos. Os instrumentos financeiros representados pelas disponibilidades, aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e contas a pagar estão registrados pelo valor de custo acrescidos dos rendimentos ou encargos incorridos, deduzidos de eventuais provisões para perdas, os quais se aproximam dos valores de mercado.

NOTA 10 ALTERAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do próximo exercício social, findo em 31 de dezembro de 2008, serão apresentadas em conformidade com as alterações produzidas pela Lei 11.638/07 de 28/12/2007, a qual extinguiu a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), instituiu a Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), bem como a segregação entre Ativo Imobilizado e Ativo Intangível.



ANEXO H**RELATÓRIOS CONTÁBEIS - CREDISOL**

Disponível em: <www.credisol.org.br>

INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO-CREDISOL

BALANÇO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007.

A T I V O		
	2007	2006
CIRCULANTE	5.257.085,00	5.021.955,00
DISPONIBILIDADES	1.463.776,00	742.311,00
Bancos	280.707,00	144.497,00
Aplicações financeiras	918.509,00	595.954,00
Reserva técnica	264.560,00	1.860,00
DIREITOS REALIZÁVEIS	3.793.309,00	4.279.644,00
Operações - programa de crédito	3.921.663,00	4.679.003,00
(-) Provisão para devedores duvidosos	(172.451,00)	(425.161,00)
Outros créditos	44.097,00	25.802,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.423.600,00	2.241.458,00
Operações - programa de crédito	1.423.600,00	2.241.458,00
PERMANENTE	68.135,00	30.457,00
INVESTIMENTOS	100,00	100,00
Investimentos	100,00	100,00
IMOBILIZADO	47.379,00	30.357,00
Móveis e utensílios	40.377,00	23.532,00
Computadores e periféricos	47.995,00	38.368,00
(-) Depreciação acumulada	(40.993,00)	(31.543,00)
DIFERIDO	20.656,00	0,00
Benfeitorias em imóveis de terceiros	22.534,00	0,00
(-) Amortização acumulada	(1.878,00)	0,00
TOTAL DO ATIVO	6.748.820,00	7.293.870,00

P A S S I V O		
	2007	2006
CIRCULANTE	1.294.151,00	700.119,00
Instituições financeiras	1.221.820,00	616.100,00
Salários e ordenados a pagar	19.741,00	29.906,00
Impostos e contribuições	3.160,00	256,00
Provisões e encargos	49.430,00	0,00
Outros débitos	0,00	53.857,00
NÃO CIRCULANTE	5.454.669,00	6.593.751,00
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.636.557,00	3.459.346,00
Instituições financeiras	2.636.557,00	3.459.346,00
PATRIMÔNIO SOCIAL	2.818.112,00	3.134.405,00
Patrimônio social	38.462,00	38.462,00
Superávit acumulado	2.779.650,00	3.095.943,00
TOTAL DO PASSIVO	6.748.820,00	7.293.870,00

DEMONSTRAÇÕES DO SUPERAVIT PARA OS EXERCÍCIOS - DSE		
	2007	2006
RECEITA OPERACIONAL	2.325.008,00	2.034.440,00
Receitas com programas de créditos	2.325.008,00	2.034.440,00
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(131.115,00)	(136.145,00)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.193.893,00	1.898.295,00
Perdas no recebimento de créditos	(238.112,00)	0,00
Juros sobre empréstimos	(275.274,00)	(294.883,00)
SUPERÁVIT BRUTO	1.680.507,00	1.603.412,00
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.117.843,00)	(1.564.446,00)
Despesas gerais e administrativas	(575.143,00)	(846.440,00)
Despesas tributárias	(47.404,00)	(47.972,00)
Despesas comerciais	(495.296,00)	(670.034,00)
RESULTADO FINANCEIRO	252.645,00	202.061,00
Receitas financeiras	286.584,00	231.133,00
Despesas financeiras	(33.939,00)	(29.072,00)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	224.345,00	169.552,00
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	1.039.654,00	410.579,00

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPS

EVENTOS	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT ACUMULADO	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2005	38.462,00	2.685.364,00	2.723.826,00
Superávit do exercício		410.579,00	410.579,00
Saldo em 31 de dezembro de 2006	38.462,00	3.095.943,00	3.134.405,00
Superávit do exercício		1.039.654,00	1.039.654,00
Ajustes de exercícios anteriores		(1.355.947,00)	(1.355.947,00)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	38.462,00	2.779.650,00	2.818.112,00

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS – DOAR

	2007	2006
ORIGEM DE RECURSOS	1.872.150,00	1.434.433,00
Superávit do exercício	1.039.654,00	410.579,00
Depreciação/amortizações do período	11.328,00	8.889,00
Redução do realizável a longo prazo	817.858,00	0,00
Baixas no permanente	3.310,00	0,00
Aumento do exigível a longo prazo	0,00	1.014.965,00
APLICAÇÃO DE RECURSOS	2.231.052,00	273.790,00
Aumento do realizável a longo prazo	0,00	269.132,00
Aplicações no permanente	52.316,00	4.658,00
Redução do exigível a longo prazo	822.789,00	0,00
Ajuste de exercícios anteriores	1.355.947,00	0,00
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(358.902,00)	1.160.643,00
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
ATIVO CIRCULANTE	235.130,00	1.243.769,00
No início do exercício	5.021.955,00	3.778.186,00
No fim do exercício	5.257.085,00	5.021.955,00
PASSIVO CIRCULANTE	594.032,00	83.126,00
No início do exercício	700.119,00	616.993,00
No fim do exercício	1.294.151,00	700.119,00
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(358.902,00)	1.160.643,00

ANEXO I**RELATÓRIOS CONTÁBEIS – INSTITUTO LETRA VIVA**

Disponível em: <www.institutoletraviva.com.br>

INSTITUTO LETRA VIVA

Balancete atualizado da gestão 2005-2006

Resumo

Ativo	21.177,10	D
Passivo	3.165,85	C
Despesas	71.388,75	D
Receitas	89.400,00	C
Total a Débito	92.565,85	D
Total a Crédito	92.565,85	C
Resultado Acumulado	18.011,25	C
Resultado do Período	18.011,25	C

Nº da Conta	Descrição da Conta	Cód. Red.	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1	ATIVO	00002	0,00	125.060,77	103.883,67	21.177,10D
1.1	ATIVO CIRCULANTE	00003	0,00	109.186,37	102.679,37	6.513,00D
1.1.1	DISPONIBILIDADES	00004	0,00	99.269,37	99.750,37	5.513,00D
1.1.1.1	CAIXA	00005	0,00	90.069,37	90.037,90	29,67D
1.1.1.2	BANCOS COM MOVIMENTO	00006	0,00	69.200,00	63.712,67	5.487,33D
1.1.1.3	OUTROS CRÉDITOS	00012	0,00	8.922,80	8.922,80	0,00
1.1.1.3.1	ADIANTEMENTO A TERCEIROS	00015	0,00	1.781,72	1.781,72	0,00
1.1.1.3.2	ADIANTEMENTO A FUNCIONÁRIOS	00013	0,00	7.141,08	7.141,08	0,00
1.1.2	ATIVO PERMANENTE	00031	0,00	16.874,40	1.210,30	15.664,10D
1.1.2.1	ATIVO IMOBILIZADO	00035	0,00	16.874,40	1.210,30	15.664,10D
1.1.2.1.1	IMOB. EM OPERAÇÃO	00036	0,00	16.874,40	0,00	16.874,40D
1.1.2.1.2	DEPRECIACÃO/AMORTIZAÇÃO ACUMULADA CORRIGID	00037	0,00	0,00	1.210,30	1.210,30C
2	PASSIVO	00041	0,00	65.220,80	68.394,65	3.165,85C
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	00042	0,00	65.220,80	68.394,65	3.165,85C
2.1.1	FORNecedores	00043	0,00	47.973,45	48.933,15	939,70C
2.1.1.1	FORNecedores NACIONAIS	00044	0,00	47.973,45	48.933,15	939,70C
2.1.1.3	TRIBUTOS A RECOLHER	00105	0,00	145,72	145,72	0,00
2.1.1.3.1	IMPT DE TERCEIROS A RECOLHER	00106	0,00	145,72	145,72	0,00
2.1.4	OUTRAS OBRIGAÇÕES	00109	0,00	17.109,43	19.315,78	2.206,35C
2.1.4.1	ENCARGOS SOCIAIS	00113	0,00	16.249,78	17.309,44	1.059,66C
2.1.4.2	PROVISÕES	00126	0,00	859,85	2.006,34	1.146,49C
3	RECEITAS	00095	0,00	0,00	89.400,00	89.400,00C
3.1	RECEITAS OPERACIONAIS	00102	0,00	0,00	89.400,00	89.400,00C
3.1.1	RECEITAS	00103	0,00	0,00	89.400,00	89.400,00C
3.1.1.2	DOAÇÕES E SUBVENÇÕES	00230	0,00	0,00	89.400,00	89.400,00C
4	CUSTOS E DESPESAS	00144	0,00	71.388,75	0,00	71.388,75D
4.1	CUSTOS OPERACIONAIS	00110	0,00	40.678,90	0,00	40.678,90D
4.1.1	CUSTOS	00111	0,00	40.678,90	0,00	40.678,90D
4.1.1.1	ORGANIZAÇÃO DE CURSOS E PALESTRAS	00112	0,00	40.678,90	0,00	40.678,90D
4.2	DESPESAS OPERACIONAIS	00116	0,00	30.709,85	0,00	30.709,85D
4.2.2	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	00501	0,00	30.558,95	0,00	30.558,95D
4.2.2.1	DESPESAS DE PESSOAL	00502	0,00	12.555,19	0,00	12.555,19D
4.2.2.2	DESPESAS GERAIS	00503	0,00	17.620,82	0,00	17.620,82D
4.2.2.3	IMPOSTOS E TAXAS	00600	0,00	380,24	0,00	380,24D
4.2.3	RESULTADOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	00630	0,00	153,95	0,00	153,95D
4.2.3.1	RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	00631	0,00	153,95	0,00	153,95D

ANEXO J**RELATÓRIOS CONTÁBEIS - PLANORTE**

Disponível em: <www.planorte.org.br>

**PLANORTE - SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICRO EMPREENDEDOR DO
PLANALTO NORTE**

Balanco Social

Demonstração de Resultado

Encerramento em 31 de Dezembro de 2006

ATIVO	2.225.404,15
CIRCUIANTE	2.088.545,92
Disponibilidades	79.495,83
Aplicações Financeiras	0
Empréstimos a Receber	2.161.334,93
Desconto de Cheques a Receber	83.415,75
Créditos em Liquidação	204.306,14
Juros a Apropriar	(440.006,73)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	120.974,57
Empréstimos a Receber	145.127,67
Juros a Apropriar	(24.153,10)
ATIVO PERMANENTE	15.883,66
Bens e Direitos em Uso	42.837,73
Depreciações Acumuladas	(26.954,07)
PASSIVO	2.225.404,15
CIRCULANTE	208.633,11
Fornecedores	179,60
Obrigações Sociais	11.161,35
Provisões Diversas	11.157,42
Obrigações Tributárias	2.378,84
Empréstimos e Financiamentos	183.755,90
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	849.757,80
Empréstimos/Financiamentos	849.757,80
PATRIMONIO LÍQUIDO	1.167.013,24
Patrimônio Social Subscrito P.M. Canoinhas	25.000,00
Resultado Períodos Anteriores	765.193,97
Resultado Acumulado Período	376.819,27
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	932.034,02
RECEITAS SEM FINS LUCRATIVOS	932.034,02
Rendimentos s/ Empréstimos	787.453,68
Rendimentos de Aplicações	24.667,52
Juros e Multas Contratuais	118.402,19
. DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(26.716,96)
CONTRIBUIÇÕES S/ RECEITAS SEM FINS LUCRATIVOS	(26.716,96)
Cofins	(26.716,96)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	905.317,06
DESPESAS OPERACIONAIS	(528.497,79)
Despesas Administrativas	(439.429,39)
Despesas Financeiras	(89.069,40)
RESULTADO DO PERÍODO	376.819,27